

ELONIR JOSÉ SAVIAN

**LEGALIDADE E REVOLUÇÃO:
RONDON COMBATE TENENTISTAS NOS SERTÕES DO PARANÁ
(1924/1925)**

CURITIBA

2020

SUMÁRIO

Introdução.....	07
I. O Brasil na primeira metade da década de 1920.....	11
1. Inserção internacional.....	15
2. Panorama nacional.....	19
3. Cenário paranaense.....	31
4. Tropas terrestres.....	41
5. Revolta dos “18 do Forte de Copacabana”.....	83
6. Levante em São Paulo.....	91
II. A Campanha do Paraná.....	99
1. Ofensiva revolucionária.....	103
2. Reação legalista e situação dos revolucionários pós invasão.....	123
3. Rebelião no Rio Grande do Sul.....	131
4. Combates na Serra do Medeiros e em Belarmino.....	135
5. Ataque em Formigas.....	143
6. Marcha da Coluna gaúcha para o Paraná.....	151
7. Negociações de paz e diplomacia na região do Prata.....	157
8. Batalha de Catanduvas.....	161
9. Retirada dos revolucionários e formação da Coluna Costa/Prestes.....	177
10. Considerações doutrinárias.....	185
11. Relações interpessoais	203
Conclusão.....	209
Fontes/referências.....	213
Anexos/apêndices.....	223

INTRODUÇÃO

No Brasil, no início da década de 1920, eclodiu um movimento político-militar que ficaria conhecido como “Tenentismo”, em razão dos seus principais articuladores serem oficiais de baixa patente do Exército. Os tenentistas organizaram importantes rebeliões contra o governo federal, das quais as mais conhecidas são a Revolta dos “18 do Forte de Copacabana” (05 e 06 de julho de 1922), o Levante Paulista de 1924 (05 a 28 de julho) e a Coluna Costa/Prestes (abril de 1925 a março de 1927).

De modo geral, costuma-se asseverar que os adeptos do referido movimento almejavam reorganizar, moralizar e modernizar a nação; o que, para eles, só se daria pela luta armada, dado o desinteresse dos políticos que controlavam os destinos da República em realizar reformas profundas.

Em seus embates, os integrantes das tropas tenentistas e governamentais normalmente atribuíam aos adversários denominações pejorativas. No presente trabalho optou-se por denominá-los da maneira como eles se autoproclamavam: revolucionários ou legalistas, respectivamente. Da mesma forma, o termo “Revolução” terá o significado que lhe era dado pelos tenentistas, ou seja, a transformação das instituições republicanas e a substituição das autoridades governamentais por meio da luta armada.

Nesse contexto, confrontos armados alcançaram o estado do Paraná. Deveras, uma força revolucionária comandada pelo general Isidoro Dias Lopes, que se retirava da Capital paulista após fracassar em um levante contra o governo federal, adentrou em solo paranaense em agosto de 1924. Essa tropa, que ficaria conhecida como Coluna paulista, inicialmente traçara como objetivo dirigir-se para o Mato Grosso e lá estabelecer um foco de resistência. Todavia, impedida de entrar nesse estado por tropas legalistas, houvera por bem deslocar-se para o sul, fazendo uso do rio Paraná.

O plano, então, seria unir-se a forças oposicionistas gaúchas que estavam em via de levante, e dar continuidade ao movimento. Tendo em vista efetivá-lo, os revolucionários avançaram para as regiões oeste e centro-sul do Paraná, então percebidas como “sertões”, e estabeleceram-se em localidades como Guaíra, Foz do Iguaçu e Catanduvas. Entretanto, a reação governamental não tardou e, em outubro de 1924, eles passaram a ser combatidos por tropas comandadas pelo general Rondon.

Ao se observar a historiografia atinente aos eventos acima, percebe-se a necessidade de estudos mais profundos, com novas abordagens. Consta-se que até o início da década de 1980 pouco se tratou acerca de tais temas. A partir de então várias obras foram elaboradas, mas ainda insuficientes para aclarar diversas questões de suma importância.

Especificamente em relação às ações tenentistas no Paraná e a conseqüente reação legalista, quase nada se escreveu. Normalmente tais temas são tratados sucintamente, de forma secundária, tendo-se como propósito explicar como se deu a origem da Coluna Costa/Prestes.

Além disso, as abordagens geralmente se caracterizam por tenderem à factualidade, ao maniqueísmo e ao culto dos “grandes heróis”.

Destarte, pouco se pesquisou sobre as peculiaridades das tropas que se digladiaram (organização, recrutamento, instrução, aparato bélico, motivações para lutar, modos de combate); acerca das variadas adversidades enfrentadas pelos combatentes e moradores locais (alimentação inadequada, ações em áreas inóspitas, doenças e ferimentos, exaustão física e emocional, entre outras); e a respeito das operações militares (manobras, combates, táticas e estratégias).

Faltam, em suma, análises que examinem profundamente o que se passou nos sertões paranaenses nos anos de 1924 e 1925, e recoloquem os atores envolvidos, sejam de renome ou não, no drama que partilharam.

Em face do exposto, a presente obra tem como escopo analisar os episódios e as operações militares que marcaram o embate entre tenentistas e legalistas no Paraná, nos anos de 1924 e 1925; examinar as instituições que dele tomaram parte; bem como delinear os seus atores e o impacto do conflito em suas vidas.

O estudo encontra-se dividido em duas partes principais, denominadas “O Brasil na primeira metade da década de 1920” e “A Campanha do Paraná”.

A primeira visa contextualizar o conturbado cenário que originou e influenciou no conflito em foco, expor a conformação e o modo de operar das forças que se enfrentaram nos sertões paranaenses, e examinar as rebeliões que antecederam as operações no Paraná. Para tanto, ocupa-se da inserção internacional do Brasil na primeira metade dos anos 1920, do panorama nacional, do cenário paranaense, das tropas terrestres e dos levantes no Distrito Federal (1922) e na Capital paulista (1924).

A segunda tem vista averiguar as principais operações desencadeadas por legalistas e revolucionários, bem como seus reflexos sobre os combatentes e a população local. Levando isso em conta, versa a respeito da ofensiva revolucionária que redundou na ocupação de parte do Paraná; da preparação da reação legalista; da rebelião no Rio Grande do Sul e da marcha da Coluna gaúcha para o Paraná; dos combates na serra do Medeiros e em Belarmino, Formigas e Catanduvas; de tentativa de negociação de paz e de ações diplomáticas; da retirada dos revolucionários do Paraná e consequente formação da Coluna Costa/Prestes; de questões doutrinárias; e de relações interpessoais.

O trabalho foi desenvolvido de acordo com os preceitos da “Nova História Militar”, que contempla o diálogo entre os diversos campos da história e permite analisar multifacetados enfoques temáticos concernentes à guerra, como *“opções geoestratégicas, logística, recursos tecnológicos, relações entre líderes e liderados, culturas políticas, imaginários, identidades e sentimentos dos combatentes.”*¹

Fontes escritas embasaram a pesquisa, principalmente registros oficiais, memórias e periódicos.

¹ RESTIER JUNIOR, Renato Jorge; LOUREIRO, Marcello José Gomes. História política, história social e história militar: três histórias em busca de um eixo teórico e metodológico comum. **Revista Brasileira de História Militar**. Rio de Janeiro, n. 8, p. 87-105, ago. 2012.

1. INSERÇÃO INTERNACIONAL

No início dos anos 1920, o Brasil já se havia consolidado como um dos países mais extensos territorialmente, sobrepujado somente pelos Estados Unidos, China e Rússia. Havia, entretanto, nações europeias, notadamente o Reino Unido e a França, que controlavam enormes partes do globo, sob a forma de colônias, domínios, protetorados, mandatos e territórios.⁴

Na esfera política, inseria-se no rol das democracias liberais, sistema seguido pelas potências que saíram vitoriosas da I Guerra Mundial. Segundo Hobsbawn, com exceção da Rússia soviética, todos os regimes que emergiram desse conflito, “*novos e velhos, eram basicamente regimes parlamentares eleitos [...]. Na verdade, as instituições básicas do governo liberal e constitucional, eleições para assembleias e/ou presidentes, eram quase universais no mundo de países independentes da época*”.⁵ Evidentemente, tal forma de governo fora estruturada em cada país de forma diversa, de acordo com suas peculiaridades, com mais ou menos imperfeições em relação ao que teoricamente se preconizava.

No campo econômico, posicionava-se ao lado dos países pouco ou nada industrializados, cujas economias dependiam da exportação de produtos primários. Tais nações, para Hobsbawn, faziam parte do “*Segundo Mundo*”. Esse historiador considera que o mundo do final do século XIX e início do XX dividia-se em dois setores que, combinados, formavam um sistema global. Havia o setor dos países desenvolvidos, dominantes e ricos; e o das nações defasadas, dependentes e pobres. Para ele, “*enquanto o (menor) Primeiro Mundo, apesar de suas consideráveis disparidades internas, era unido pela história e por ser portador conjunto do desenvolvimento capitalista; o Segundo Mundo (muito maior) não era unido senão por suas relações com o primeiro, quer dizer, por sua dependência potencial ou real*”.⁶

De fato, ao se verificar a pauta de exportações do Brasil, no período de 1921 a 1930, percebe-se que o café em grãos respondia por 69,6% das vendas, seguido, distante, por outros produtos, como borracha, algodão, cacau, fumo, açúcar de cana e mate.⁷

Há de se destacar que a importância da economia do Brasil no comércio internacional era pouco significativa. No ano de 1924, o valor em US\$ de suas exportações e importações, conjuntamente, somaram aproximadamente 800 milhões; bastante inferior ao do Reino Unido, 11,4 bilhões; dos Estados Unidos, 9,1 bilhões; e da França, 4,3 bilhões; embora fosse superior ao dos países vizinhos, como a Argentina, 700 milhões; e Chile, 150 milhões. Cabe ressaltar que as exportações brasileiras de manufaturados, em US\$, compreendiam somente 2 milhões e as importações 250 milhões, o que atestava a pouca industrialização brasileira e referendava a aludida dependência da venda ao exterior de produtos primários.⁸

Destarte, o desenvolvimento industrial do Brasil era incipiente, e no que tange às indústrias de base, insignificante. Assim, levando em conta o ramo metalúrgico, a produção de

⁴ A Rússia tornou-se uma das repúblicas da União Soviética em 1922, o que perdurou até 1991. O Canadá não era plenamente independente.

⁵ HOBBSAWN, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Letras, 1995. p. 114.

⁶ HOBBSAWN, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 33.

⁷ BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: [s.n], 2006.

⁸ UNITED NATION. Statistics Division. **International trade statistics: 1900 – 1960**. Os valores foram arredondados.

2. PANORAMA NACIONAL

Atualmente, o IBGE, levando em conta aspectos físicos, humanos, culturais, sociais e econômicos, divide o Brasil em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Na primeira metade da década de 1920, oficialmente não havia divisão similar, mas no presente estudo julgou-se oportuno fracioná-lo em três grandes regiões: Meridiano-Oriental (MO), Norte-Oriental (NO) e Centro-Norte (CN), cada qual com características particulares.

Levando-se em conta tal subdivisão, a região MO abarcaria os estados das atuais regiões Sul e Sudeste, que conjuntamente ocupavam 17,6% da superfície nacional. Era a área mais populosa, comportando 56,1% dos habitantes, e para onde convergiam a maioria dos imigrantes que havia décadas adentravam no território brasileiro. Nela se encontravam estados de grande relevância econômica e política, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além de cidades, como Rio de Janeiro (Capital da República), São Paulo e Porto Alegre.

A região NO compreenderia os atuais estados da região Nordeste, que unidos abarcavam 18,2% do espaço nacional. Era a segunda área mais populosa, abrigando 36,7% dos habitantes. De lá, décadas antes, haviam migrado milhares de pessoas para a região Amazônica, durante o ciclo da borracha. Nela se destacavam, econômica e politicamente, os estados da Bahia e Pernambuco; já os principais núcleos urbanos eram Salvador e Recife.

A região CN abrangeria os estados das atuais regiões Centro-Oeste e Norte, que ocupavam 64,2% do território nacional. Era a área menos populosa, contendo 7,2% da população. Em razão de tais fatores, era marcada por imensos vazios e baixa densidade demográfica. Seus estados mais importantes eram o Pará e o Amazonas, cujas capitais, Belém e Manaus, constituíam-se em relevantes centros urbanos.

Passar-se-á, agora, a examinar aspectos econômicos, sociais e políticos que marcavam internamente o Brasil na primeira metade da década de 1920.

2.1. ECONOMIA

Na seara econômica, em 1920, a participação dos setores primário, secundário e terciário no PIB brasileiro era de, respectivamente, 38,09%; 15,72%; e 46,19%. Tais índices eram, em 1900, na mesma ordem, 45%, 11% e 44%, o que demonstrava estar o país passando por um modesto crescimento industrial e comercial.²⁶

No presente estudo, tratar-se-á dos dois primeiros setores, por mais influenciarem as decisões políticas e a estruturação do Exército.

²⁶ BRASIL, 2006. Valores baseados a preços de 1949.

3. CENÁRIO PARANAENSE

No início dos anos 1920, o Paraná encontrava-se no grupo de estados que tinham pouca influência sobre os rumos do país. Estendia-se por 199.897 km² e tinha 685.711 moradores, o que lhe posicionava, nesses quesitos, nas 11^a e 12^a colocações, em ordem decrescente, em relação às demais unidades federativas.

Para as análises relativas ao Paraná, julgou-se oportuno dividi-lo em duas grandes regiões, que tinham graus de desenvolvimento econômico e social bastante distintos, a Oriental e a Ocidental. A primeira abrangia os municípios localizados a leste do rio Tibagi e da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (inclusive os interligados pela referida ferrovia). A segunda abarcaria os municípios a oeste da linha em foco e nela aconteceram os combates em 1924 e 1925 (vide mapa na próxima página).

A Região Oriental compreendia cerca de um terço do território e abarcava a Planície Litorânea, a Serra do Mar, o Primeiro Planalto e a parte leste do Segundo Planalto. Na área litorânea, a cobertura vegetal nativa era formada pela Floresta Atlântica, restingas e manguezais; já o clima é tropical chuvoso. Nos planaltos predominavam a Floresta de Araucárias e os campos; quanto ao clima, prepondera o subtropical, com verões amenos. Seu território comportava 78,6% da população do estado, o que resultava em uma densidade demográfica de cerca de 8 habitantes por km². Nela estavam 41 dos 49 municípios, dos quais se destacava Curitiba, que, com 78.986 habitantes, era a oitava capital estadual mais populosa. Também eram importantes as localidades da Lapa, São José dos Pinhais e Tomazina.⁵⁴

A Região Ocidental abrangia o restante do território e ocupava o Terceiro Planalto e a parte oeste do Segundo Planalto. Na porção centro-sul, a cobertura vegetal nativa era formada predominantemente pela Floresta de Araucárias e por campos; o clima é subtropical, com verões amenos. Nas demais partes prevalecia a Floresta Pluvial e o clima é o subtropical úmido. A área era bastante ampla e pouco povoada (cerca de dois terços do território e 21,4% da população do estado), o que lhe conferia uma densidade demográfica de aproximadamente 0,9 habitantes por km². Os principais municípios nela localizados estavam próximos da estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, a exemplo de Guarapuava, Tibagi e Prudentópolis, que conjuntamente somavam 64,1% da população. Também se cabe mencionar Palmas e Clevelândia, nas proximidades da fronteira com Santa Catarina, e Foz do Iguaçu, nas margens do rio Paraná, com populações que não chegavam a 11 mil habitantes. Na realidade, havia grandes vazios demográficos nessa parte do Paraná, onde espalhadamente apareciam vilas e povoados, como Catanduvas, Belarmino e Guaíra, importantes para as operações militares que viriam.⁵⁵

⁵⁴ BRAZIL, 1926, passim. Curitiba passava por grande crescimento demográfico, mais que triplicara sua população em um espaço de 30 anos.

⁵⁵ Ibid.

4. TROPAS TERRESTRES

4.1. O EXÉRCITO BRASILEIRO

Nesta parte, analisar-se-á como se configurava o Exército Brasileiro no início dos anos 1920. Para tanto, abordar-se-á aspectos relativos à organização, recrutamento e instrução, serviços de apoio, motivações para o ingresso na carreira militar e para lutar, e processos de combate. Cabe ressaltar que antes da análise desses tópicos, serão examinadas questões a eles inerentes relativas à I Guerra Mundial, pois nesta se inspiravam os que buscavam modernizar a referida instituição.

A “Grande Guerra” efetivamente intensificou preocupações quanto à segurança nacional e sobre a capacidade do Exército de garanti-la. Em relação a isso, em 1919, o ministro da Guerra Alberto Cardoso de Aguiar declarou:

O Brazil, paiz fertil e despovoado, esta pela sua conhecida fraqueza, sujeito a grandes perigos em meio ao embate dessas nações fortes que se degladiam e degladiarão tenazmente para garantirem suas existencias como povos autonomos, economicamente poderosos e financeiramente soberanos. [...]. Um unico meio existe para impedir ou, pelo menos, diminuir grandemente taes perigos: - Uma boa e solida organização militar. É preciso resolver corajosamente o problema e organizar as nossas forças armadas em condições de garantirem a integridade territorial, levando as decisões da justiça e da ordem a todos os recantos do paiz, forças não só a cuja sombra se possa desenvolver tranquillamente o trabalho nacional, como tambem que sejam capazes de oppôr barreira inflexivel ás ambições do exterior, conservando o sólo brasileiro livre sempre do cothurno conquistador do estrangeiro.⁸⁶

Dois anos depois, outro ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras, enfatizou algumas reformas que urgiam ser realizadas:

A guerra de 1914-1918 trouxe alterações profundas ás idéas e ás realizações correntes antes de seu desencadeamento. [...]. Immenso, portanto, se apresentava o problema do armamento a constituir. Na infantaria, já estavam atrasadas as antigas noções sobre o serem apenas necessários o fusil, a bayoneta e a ferramenta de sapa individual. Novos petrechos individuaes de arremesso eram precisos: a granada de mão e a granada de fusil. [...] Não podiam ser esquecidos os carros de assalto. Na cavallaria, sabre, lança e mosquetão já não bastavam, como se supunha antes de 1914. Na artilharia, uma verdadeira revolução tivera lugar. Eram precisas séries diferentes de peças: um canhão de acompanhamento da infantaria; um canhão de trajetoria tensa com alcance de cerca de 12 kilometros; um canhão de alcance semelhante, de trajetoria curva; um canhão de trajetoria tensa, mas de alcance superior ao precedente [...].⁸⁷

⁸⁶ AGUIAR, Alberto Cardoso de. **Relatório apresentado ao Vice-presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em maio de 1919**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1919. p. 3-4.

⁸⁷ CALOGÉRAS, João Pandiá. **Relatório do ano de 1920, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil em julho de 1921**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1921. p. 16-17.

Continuava:

*Na engenharia, nada tínhamos, a bem dizer, urgia dotar a arma de postes, dos meios de transmissão e de destruição e da ferramenta de sapa indispensável para o cumprimento de sua tarefa. Na aviação era preciso criar uma arma com suas especializações [...].*⁸⁸

Ainda durante a I Guerra Mundial, foi enviada uma comissão de vinte e três oficiais à França, com o objetivo de buscar ensinamentos que levassem ao aprimoramento do Exército. Chefiada pelo general Napoleão Felipe Aché, tinha como atribuição principal estudar “as modificações introduzidas na arte da guerra pela campanha actual, verificando o que é applicavel em nosso Exercito”.⁸⁹

Em 1919, também tendo em vista a modernização do Exército, o governo brasileiro contratou uma missão militar na França, que teve atuação importante, particularmente nas escolas militares. Todavia, segundo J. B. Magalhães, “limitada ao papel de conselheira, nem sempre atendida, e de instrutora, nem sempre compreendida, a Missão Militar Francesa não exerceu a influência que seria para desejar, tanto mais quanto desconhecia os nossos complexos anímicos e vícios de formação nacional”.⁹⁰

4.1.1. ORGANIZAÇÃO

Os principais exércitos envolvidos na I Guerra Mundial tiveram suas estruturas organizacionais modificadas por diversas vezes ao longo do conflito, o que tinha em vista adaptá-los às condições de combate que se alteravam. O quadro constante na próxima página apresenta, de forma simplificada, a estrutura de uma divisão de infantaria da Força Expedicionária Americana, no ano de 1918.

O Exército Brasileiro, por meio do Decreto nº 15.235, de 31 dezembro de 1921, foi reestruturado de forma semelhante à de seus congêneres que haviam participado da I Guerra Mundial. Estabeleceu-se que as unidades de tropa fossem enquadradas em 5 divisões de infantaria, 3 divisões de cavalaria e 1 brigada mista, conforme distribuição constante no Anexo I (existiam também unidades independentes). Tais organizações passaram a estar subordinadas a “regiões militares” ou a “circunscrições militares”, comandadas por generais de divisão e generais de brigada, respectivamente.⁹¹

A estrutura de uma divisão de infantaria brasileira, inspirada no que havia de mais moderno, também se encontra na próxima página.

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ FARIA, José Caetano de. **Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em maio de 1918**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1918. p. 34.

⁹⁰ MAGALHÃES, J. B. **A Evolução militar do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 330.

⁹¹ BRASIL. Decreto nº 15.235, de 31 de dezembro de 1921. **Organiza o Exercito activo em tempo de paz**. As 5ª, 6ª e 7ª Regiões eram comandadas por coronéis, por serem de pequena envergadura e compostas somente por batalhões de caçadores. Além das unidades de tropa, havia diversos outros órgãos e unidades com atribuições próprias, como o Estado-Maior do Exército, departamentos, diretorias, serviços, escolas, arsenais, fábricas, depósitos de remonta e hospitais.

TABELA 14: DIVISÃO DE INFANTARIA DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA AMERICANA - 1918.⁹²

FRAÇÃO	COMANDO	EFETIVO	COMPOSIÇÃO BÁSICA
Divisão de Infantaria	Major-General	28.059	2 brigadas de infantaria, 1 brigada de artilharia, 1 regimento de engenharia, 1 batalhão de metralhadoras, 1 batalhão de comunicações, quartel-general e unidades de apoio (trens)
Brigada de Infantaria	Brigadeiro-General	8.469	2 regimentos de infantaria, 1 batalhão de metralhadoras, quartel-general e órgãos de apoio
Regimento	Coronel	3.832	3 batalhões de infantaria, 1 companhia de metralhadoras, 1 companhia de suprimentos e posto de comando
Batalhão	Major	1.027	4 companhias de fuzileiros e posto de comando
Companhia	Capitão	256	4 pelotões de fuzileiros e seção de comando
Pelotão	2º ou 1º Tenente	59	4 seções e grupo de comando
Seção	Sargento ou Cabo	09,12,15 ou 17	Esquadras e/ou equipes

Observações: a) quadro simplificado; b) duas ou mais divisões, mais outros órgãos de comando e apoio, formavam o corpo de exército.

TABELA 15: DIVISÃO DE INFANTARIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO - 1921.⁹³

FRAÇÃO	COMANDO	EFETIVO	COMPOSIÇÃO BÁSICA ^(a)
Divisão de Infantaria	General de Divisão	+11.000 ^(b)	2 brigadas de infantaria ^(c) , 1 brigada de artilharia, 1 regimento de cavalaria divisionária, 1 batalhão de engenharia, 1 esquadrilha de observação e quartel-general
Brigada de Infantaria	General de Brigada	+ 3.000	Havia dois tipos: as compostas por 2 regimentos de infantaria e as formadas por 1 regimento de infantaria mais 3 batalhões de caçadores ^(d) , ambas tinham quartel-general
Regimento de Infantaria	Coronel	1.363	3 batalhões de infantaria, 1 companhia de metralhadoras pesadas e estado-maior
Batalhão de Infantaria	Major	386	3 companhias de fuzileiros, 1 pelotão de metralhadoras leves e estado-maior
Companhia de Fuzileiros	Capitão	110	3 pelotões de combate e seção de comando
Pelotão de Combate	1º Tenente	32	2 grupos de combate
Grupo de Combate	3º Sargento	15	2 esquadras
Esquadras	Cabo	07	-

Observações: (a) quadro simplificado; (b) os efetivos das divisões não eram fixos ou iguais; (c) a 5ª Divisão de Infantaria não tinha brigadas, era formada somente por batalhões de caçadores; (d) os batalhões de caçadores tinham composição semelhante à dos batalhões subordinados aos regimentos, porém eram comandados por um coronel ou tenente-coronel e não por um major; possuíam efetivo maior, 516 militares; e, em vez de um pelotão de metralhadoras leves, eram dotados de uma companhia de metralhadoras mistas.

⁹² UNITED States Army in the World War: 1917-1919. **Organization of the American Expeditionary Forces**. v.1. Washington: Center of Military History United States Army, 1988. passim.

⁹³ CALÓGERAS, João Pandiá. **Relatório do ano de 1921, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em outubro de 1922**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922. Anexo "A" – Leis e decretos, p. 40-92.

4.2. FORÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS

Na “República Velha”, os estados dispunham de ampla autonomia em relação ao governo federal, conforme estabelecia a Constituição de 1891, de caráter liberal, inspirada na estadunidense. De fato, em seu artigo 65, constava que era facultado às unidades da Federação “em geral, todo e qualquer poder ou direito, que lhes não for negado por cláusula expressa ou implicitamente contida nas cláusulas expressas da Constituição”.²³⁹ Assim, seus presidentes (ou governadores) ficavam autorizados, subjacentemente, a “exercer atribuições diversas, como as de contrair empréstimos no exterior e organizar forças militares próprias, as chamadas forças públicas estaduais”.²⁴⁰

Não obstante, a União preservou o direito de intervir nas unidades federativas em caso de invasão estrangeira, ou de um estado em outro; e a fim de manter a forma republicana federativa, restabelecer a ordem e a tranquilidade, e assegurar a execução das leis e sentenças federais. Intervenções federais acabaram ocorrendo, tendo em vista controlar revoltas populares, como as guerras de Canudos e do Contestado; mas também por razões políticas, caso do “Movimento Salvacionista”, ocorrido no governo Hermes da Fonseca, que visava retirar do poder oligarquias estaduais que se contrapunham ao presidente da República.²⁴¹

Para manter a segurança pública e em alguns casos para se resguardarem de possíveis intervenções federais indesejadas, governantes estaduais formaram forças públicas que em alguns casos poderiam fazer frente às do Exército. No quadro abaixo constam os efetivos das forças públicas dos estados e do Distrito Federal em 1920, bem como o das tropas do Exército neles estacionadas.

TABELA 19: EFETIVO DAS FORÇAS PÚBLICAS E DO EXÉRCITO EM 1920²⁴²

UF	FORÇA PÚBLICA	EXÉRCITO	UF	FORÇA PÚBLICA	EXÉRCITO
SP	7.538	3.675	RJ	694	2.241
DF	3.987	11.236	PR	670	2.581
BA	3.019	1.545	SC	589	727
MG	2.874	3.787	RN	535	170
RS	2.052	9.304	GO	483	222
PE	1.402	706	SE	422	254
AL	1.064	428	MA	399	756
PB	1.061	409	PI	371	514
CE	858	657	AC	347	079
PA	827	1.418	AM	347	394
MT	734	1.116	ES	289	703
			TOTAL	30.562	42.922

²³⁹ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.

²⁴⁰ FAUSTO, 1995, p. 249.

²⁴¹ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.

²⁴² PINHEIRO, 2006, p. 252. Foram alteradas as somas totais dos efetivos por terem sido na fonte computadas de forma equivocada.

Verifica-se que em diversos estados a força pública tinha efetivo superior ao das tropas do Exército neles posicionadas, notadamente São Paulo, Bahia e Pernambuco. A capacidade combativa dessas tropas, evidentemente, dependia do poder financeiro das unidades federativas que as formavam. Doravante será feito um exame das de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Bahia, que tiveram participação relevante nos embates ocorridos no Paraná.

Boa parte da tropa revolucionária que se embrenhou nos sertões paranaenses era composta por soldados da Força Pública do estado de São Paulo (FP/SP), que se amotinaram em 5 de julho de 1924, quando por breve período lideranças tenentistas assumiram o controle da Capital paulista. Para enfrentá-los, o governo federal lançou mão de outros soldados da FP/SP, que se mantiveram leais ou foram incorporados depois do levante.

A FP/SP tinha uma configuração semelhante à do Exército. Em 1901, era composta por quatro batalhões (de infantaria), um corpo de cavalaria, um corpo de bombeiros e pela guarda cívica da Capital.²⁴³ Até 1930, teve “*melhoramentos contínuos desde prédios, armamentos, meios de locomoção, assistência médico-hospitalar, canil, pombal, telégrafo, artilharia e, inclusive, uma esquadrilha de aviação*”.²⁴⁴

Nos anos 1890, incorporavam-se à tropa normalmente voluntários com cerca de 25 anos, sem ritmo de vida estável e seguro. Destarte, aproximadamente três quartos deles não tinham profissão definida; os demais dispunham de habilidades simples, relacionadas à carpintaria, marcenaria, sapataria, alfaiataria, entre outras.²⁴⁵ Em 1910, os acessos ao oficialato e à graduação de sargento davam-se mediante exames e aprovação em cursos, desde que o candidato preenchesse determinados requisitos, como bom comportamento e moralidade irrepreensível.²⁴⁶

Como no Exército, havia instruções para oficiais e praças. Em 1907, Jorge Tibiriçá, presidente do estado, esclareceu como estas se desenvolviam:

*Mandei coordenar as instruções ministradas á Força Publica e publical-as em livros. Estão já publicados a Escola do Soldado, a Escola de Secção e Escola de Companhia, para a infantaria, a Escola de cavalleiro a pé e a Escola Cavalleiro a cavallo, para a cavallaria. Mandando dar instrucção militar, não descurou o Governo da instrucção intellectual. Fôram crêados para a Força dois cursos, abrangendo diversas classes, com variadas disciplinas: um destinado aos officiaes e outro aos inferiores. Instituiu mais o Governo uma aula de policiamento destinada especialmente para á Guarda-Cívica, na qual se ensinam ao guarda os seus deveres e obrigações para com o público, com o qual está sempre em contacto, e para com a sociedade, cuja segurança elle é obrigado a manter.*²⁴⁷

²⁴³ BRASIL. Estado de São Paulo. Lei nº 776, de 26 de junho de 1901. **Reorganiza a força policial do Estado.**

²⁴⁴ PINHEIRO, 2006, p. 273.

²⁴⁵ ROSEMBERG, André. Retrato policial: um perfil da praça de polícia em São Paulo (1868-1896). **História [online]**. v. 29, n. 2, p. 95-115, 2010.

²⁴⁶ PINHEIRO, 2006, p. 275-276.

²⁴⁷ PIRATININGA, Jorge Tibiriçá. **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo, a 14 de Julho de 1907, pelo dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado.** São Paulo, 1907. p. 341.

4.3. BATALHÕES PATRIÓTICOS E OUTROS GRUPOS ARMADOS

Na “República Velha”, por diversas vezes, o governo federal lançou mão de grupos armados, de constituições diversas, normalmente formados por voluntários, para auxiliar as tropas do Exército. Tal prática remontava o Período Colonial, basta lembrar-se das tropas negras de Henrique Dias ou das indígenas de Filipe Camarão. Prosseguiu durante o Império, destacando-se o “Batalhão de Caçadores Voluntários do Príncipe D. Pedro I”, nas lutas pela independência.

Na consolidação da República, Floriano Peixoto utilizou tropas semelhantes, então denominadas “batalhões patrióticos”, contra revoltosos da Marinha, na Capital federal. Em 1894, o general Fontoura Costallat, encarregado do expediente do Ministério da Guerra, realçou o desempenho deles:

Cidadãos de todas as classes apresentaram-se logo cheios de entusiasmo para a defesa da Patria, e formaram-se diversos batalhões patrióticos com as denominações de Tiradentes, Academico, Benjamin Constant, 23 de Novembro, Frei Caneca, Francisco Glycerio, Franco-Atiradores, Operario, Silva Telles, Municipal, e companhias de guerra Silva Jardim, Senna Madureira, Sapadores e Defensores da Republica; tendo todos prestado relevantes serviços, com especialidade os quatro primeiros no memoravel ataque de 9 de fevereiro, em Nictheroy.²⁵⁸

Segundo Amanda da Silva Muzzi, a composição social desses batalhões era bastante variada, excetuando-se a de alguns, cujas comissões de alistamento somente aceitavam indivíduos pertencentes a uma determinada categoria social, caso do “Batalhão Acadêmico” e do “Batalhão Operário”. Os demais eram formados por membros de associações republicanas, ex-membros de associações abolicionistas, empregados do setor terciário, funcionários públicos, jornalistas, estudantes, jovens sem ocupação, entre outros.²⁵⁹

Não obstante, fora dos grandes centros urbanos, a composição social dos “batalhões patrióticos” era bem diferente. Na Guerra do Contestado, destacou-se a tropa de “vaqueanos” do coronel da Guarda Nacional Fabrício Vieira, empregada pelas tropas federais normalmente em missões de reconhecimento. Os “vaqueanos” eram capatazes, agregados, jagunços, posseiros, desocupados, dentre outros moradores de determinadas regiões. Eram aliciados por líderes locais, mediante promessas diversas, para participarem de atividades que poderiam estar dentro ou à margem da lei.

O Exército, conforme o caso, poderia designar oficiais para liderar os “batalhões patrióticos”, e o governo federal fornecer-lhes auxílios diversos (pecuniários, armamentos, suprimentos, fardamentos, etc.). Em 1895, por exemplo, autorizou-se “*abrir ao Ministerio da*

²⁵⁸ COSTALLAT, Bibiano Sergio Macedo da Fontoura. **Relatório apresentado ao Vice-presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em maio de 1904**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

²⁵⁹ MUZZI, Amanda da Silva. **Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil 1893-1897**. 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006. p. 52.

5. REVOLTA DOS “18 DO FORTE DE COPACABANA”

Acontecimentos relacionados às eleições presidenciais de 1922 marcariam o início de uma série de movimentos contestatórios que culminariam com a “Revolução de 1930” e a conseqüente derrocada da “República Velha”. Nesse pleito, foram indicados para concorrer à presidência Artur Bernardes, pela situação, apoiado por São Paulo, Minas Gerais e outros estados; e Nilo Peçanha, pela oposição (Reação Republicana), respaldado pelo Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

A “Reação Republicana” tinha como plataforma o combate à inflação, a conversibilidade da moeda e a adoção de orçamentos equilibrados. Também atacava o “imperialismo” dos grandes estados e defendia a proteção de todos os produtos de exportação, não só do café.²⁶⁸

Nilo Peçanha prometia empenhar-se pela “regeneração da República” e por reformas urbanas e liberais, que atenderiam aos mais necessitados. Asseverava, também, ser partidário intransigente tanto da propriedade como da liberdade. Aos membros das Forças Armadas acenava com a “independência militar”, que viria junto com a “independência econômica”. Para ele, já havia passado da hora de com os recursos que o país dispunha se ter “*fundado arsenaes modernos com capacidade para produzir navios de guerra e navios mercantes, aeroplanos, fabricas de armas e munições, assim como o material destinado ás industrias de paz: locomotivas, trilhos e machinas agrícolas [...]*”.²⁶⁹

A disputa eleitoral acirrou-se e muitos oficiais consideravam ser a vitória de Nilo Peçanha a única saída para que ocorressem mudanças significativas. As discussões deles em relação à política davam-se principalmente no Clube Militar, então presidido pelo marechal Hermes da Fonseca, ex-presidente da República (estava desligado do serviço ativo do Exército).²⁷⁰

Em outubro de 1921, o jornal “Correio da Manhã”, ligado à oposição, publicou cartas que tornariam ainda mais tensa a já atribulada corrida eleitoral. Atribuídas a Artur Bernardes, nelas se teciam severas críticas a Hermes da Fonseca e a outros militares. O teor da primeira delas, levada a público no dia 9, era o seguinte:

*Bello Horizonte, 3-6-921. Amigo Raul Soares [senador mineiro]. Saudações affectuosas, - Estou informando do ridiculo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargentão sem compostura, aos seus apaniguados e de tudo que nessa orgia se passou. Espero que use com toda energia, de accordo com minhas ultimas instrucções pois essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. Veja se o Epitacio mostra agora a sua apregoada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que sahiram da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarchisadores.*²⁷¹

²⁶⁸ FAUSTO, 1995, p. 306.

²⁶⁹ **Correio da Manhã.** O Sr. Nilo Peçanha fala-nos da sua excursão de propaganda. Rio de Janeiro, n. 8.196, p. 3, 11 ago. 1921.

²⁷⁰ O Clube Militar foi fundado em 1887 para ser o “porta-voz” dos anseios da classe. Teve grande influência em eventos como a abolição da escravidão, a proclamação da República e a campanha “O petróleo é nosso”.

²⁷¹ **Correio da Manhã.** O sr. Arthur Bernardes lança uma pécha de venalidade sobre os officiaes do Exército: uma ameaça ao presidente da Republica. Rio de Janeiro, n. 8.255, p. 2, 9 out. 1921.

6. LEVANTE EM SÃO PAULO

Em 5 de julho de 1924, exatamente dois anos depois da revolta na Capital federal, desencadeou-se na cidade de São Paulo outro movimento armado contra o governo federal. Era liderado pelo general reformado Isidoro Dias Lopes, oficial de renome. Dele também participaram o major Miguel Costa, fiscal do Regimento de Cavalaria da FP/SP, além de diversos tenentes que se haviam envolvido na rebelião de 1922, entre os quais Eduardo Gomes, Filinto Müller, Estillac Leal e Juarez Távora.

O tenente João Cabanas, que teria papel proeminente no evento, destaca como ficou sabendo e aderiu ao movimento:

Ao amanhecer desse dia que, para mim, nenhuma anormalidade apresentava, segui para o quartel do Regimento de Cavalaria da Força Pública, a cujo corpo pertencia, indo completamente despreocupado, sem a menor suspeita dos graves fatos que se iam desenrolar. Seriam 6 horas da manhã quando transpus o portão principal do quartel e notei logo, surpreendido, um desusado movimento no pátio interno, apresentando o aspecto de uma tropa que está em preparativos de guerra. Desconfiado e sob influência dessa surpresa, deparei com o major Miguel Costa, fiscal do regimento, que, pondo-me o revólver ao peito, perguntou, nervoso: - você é brasileiro? – Sou. – Então tem que aderir à revolução. Sem titubear, de acordo com minhas ideias, inspirado na confiança absoluta que sempre nutri pelo major, prescindindo de explicações que o momento não comportava, respondi afirmamente.²⁹⁵

O plano inicial era sublevar as tropas do Exército e da Força Pública localizadas na Capital paulista e com esse aparato passar a controlar o estado de São Paulo, o que se deveria constituir na ponta de lança de um movimento mais amplo, que se espalharia pelo Brasil, com o fito de retirar do poder Artur Bernardes. Este era acusado de gravíssimas ofensas ao Exército e de dar sequência a governos eivados de vícios, marcados pelo nepotismo, advocacia administrativa e incompetência técnica na alta administração, o que estaria arruinando as “forças vivas”.²⁹⁶

Os revolucionários afirmavam desejar restabelecer o império das leis e o decoro da justiça, além de limitar a autoridade do Executivo dentro de uma órbita compatível com o regime republicano. Declaravam que instituiriam o voto secreto, a gratuidade da justiça e a obrigatoriedade do ensino primário e profissional. Também restringiriam a possibilidade de reeleição e reformariam o sistema de recrutamento e nomeação de magistrados, dentre outras medidas.²⁹⁷

Para controlar a cidade de São Paulo, os revolucionários tencionavam inicialmente dominar os quartéis da FP/SP localizados no bairro da Luz, quais sejam 1º, 2º e 4º Batalhões (de infantaria - BFP/SP), Regimento de Cavalaria, Corpo-Escola e Cadeia Pública. Depois se apoderariam do 3º e 5º BFP/SP, do Corpo de Bombeiros, da Secretária de Justiça, do Palácio do

²⁹⁵ CABANAS, 2014, p. 5.

²⁹⁶ Manifesto dos revolucionários publicado em 10 de julho de 1924. In: PRESTES, 1991, p. 138-141.

²⁹⁷ a) Manifesto dos revolucionários publicado em 17 de julho de 1924. In: PRESTES, 1991, p. 399-400. b) Manifesto dos revolucionários aos cariocas e fluminenses datado de 20 de julho de 1924. In: PRESTES, 1991, p. 401-402. c) Manifesto dos revolucionários publicado em 24 de julho de 1924. In: PRESTES, 1991, p. 402-403.

Estado, do QG da Guarda Cívica e do Palácio dos Campos Elísios (sede do governo do estado). Para tanto, contavam com a adesão das seguintes unidades do Exército: 2º Grupo de Artilharia Pesada, 4º Regimento de Infantaria (ambos de Quitaúna) e 4º Batalhão de Caçadores (Santana).²⁹⁸

Dando sequência ao plano, utilizando-se da São Paulo Railway, destacariam tropas para Santos, destinadas a evitar que o porto fosse usado para um possível desembarque de tropas legalistas; caso isso não fosse possível, este contingente deveria se entrincheirar na serra do Mar e, assim, impedir o acesso do inimigo à Capital paulista. Outras tropas seriam enviadas, via Estrada de Ferro Central do Brasil, para Barra do Piraí, onde havia um importante entroncamento ferroviário. A posse deste evitaria um possível contra-ataque, pelo vale do Paraíba, de forças legalistas provenientes do Rio de Janeiro e Minas Gerais.²⁹⁹

Para finalizar o movimento, a tropa revolucionária que estava em Piraí seria reforçada por outras do supracitado vale e do sul do país, que conjuntamente avançariam para se apoderar da Capital federal. Nesse momento, os revoltosos esperavam contar com a adesão de unidades do Exército posicionadas em todo o território nacional, inclusive algumas do Distrito Federal.³⁰⁰

Tendo-se como base tal planejamento, foi desencadeada a revolta. Os revolucionários rapidamente se apossaram do 4º Batalhão de Caçadores e de todas as unidades de polícia localizadas no bairro da Luz, local onde passaram a se concentrar (estabeleceram seu QG no 1º BFP/SP). Paralelamente, assumiram o controle das estações da Luz, Sorocabana, Brás e Cantareira.³⁰¹

Todavia, nem tudo se passou conforme o esperado, pois eles receberam somente parte da adesão prevista. Além disso, o general Abílio Noronha, comandante da 2ª Região Militar, ao tomar conhecimento da rebelião, se deslocou para o 4º Batalhão de Caçadores e depois para o 4º BFP/SP, conseguindo fazer com que estas unidades voltassem para mãos legalistas. Ele acabou preso pelos revolucionários quando tentava fazer o mesmo no Corpo-Escola.³⁰²

Entretanto, aproveitando-se de que os revolucionários não haviam cortado as comunicações telegráficas e telefônicas, legalistas conseguiram informar autoridades estaduais e federais sobre a eclosão do movimento. Estas prontamente passaram a tomar medidas para contê-lo. Os revolucionários tardiamente ocuparam as instalações do Telégrafo Nacional e de lá passaram a mandar mensagens para possíveis correligionários, informando sobre o início do movimento e que São Paulo estava sob seu controle. No entanto, antes que terminassem o envio, perderam o controle do local.³⁰³

Na manhã de 5 de julho, as forças se equivaliam. Os revolucionários tinham a seu favor 500 homens do Regimento de Cavalaria da FP/SP, mais da metade das praças do 2º Grupo de Artilharia Pesada, perto de 100 homens do 4º Regimento de Infantaria, 80 praças do 4º Batalhão de Caçadores e no máximo 200 praças do Corpo Escola e dos 1º e 2º BFP/SP, somando entre 950 e 1.000 combatentes. Os legalistas contavam com cerca de 300 homens do Corpo de Bombeiros,

²⁹⁸ CÁPUA, Cláudio de. **Revolução de 1924:** (e seus desdobramentos até 1930). São Paulo: Ação, 2001. p. 45.

²⁹⁹ MEIRELLES, 1997, passim.

³⁰⁰ Ibid.

³⁰¹ CÁPUA, 2001, p. 43.

³⁰² NORONHA, Abílio. **Narrando a verdade:** contribuição para a história da revolta em São Paulo. São Paulo: CMG, 1924. p. 60-66.

³⁰³ MEIRELLES, 1997, p. 67-68.

PARTE II

A CAMPANHA DO PARANÁ

1. OFENSIVA REVOLUCIONÁRIA

Perseguidos em São Paulo e barrados no Mato Grosso por tropas legalistas, os revolucionários optaram por se deslocar para o extremo oeste do estado do Paraná, onde julgavam poder dar continuidade à luta. O que os animava era a esperança de que unidades sulistas, particularmente do Rio Grande do Sul, se sublevassem e a eles se unissem, o que daria novo alento e a possibilidade de a revolução triunfar. Caso isso não acontecesse, havia as alternativas de eles asilarem-se em países vizinhos ou voltarem a tentar adentrar no Mato Grosso.

Em meados de agosto de 1924, concentravam-se em Presidente Epitácio e no vizinho Porto Tibiriçá, nas margens do rio Paraná, cerca de 3.800 revolucionários. Com efeito, dos aproximadamente 6.000 homens que se retiraram da Capital paulista, por volta de 2.200 haviam sido perdidos devido a mortes, deserções, extravios e aprisionamentos. No campo da logística, dispunham de artilharia, munição, cavalaria, bagagens e suprimentos.³²³

O plano que estabeleceram para a invasão do Paraná era o seguinte:

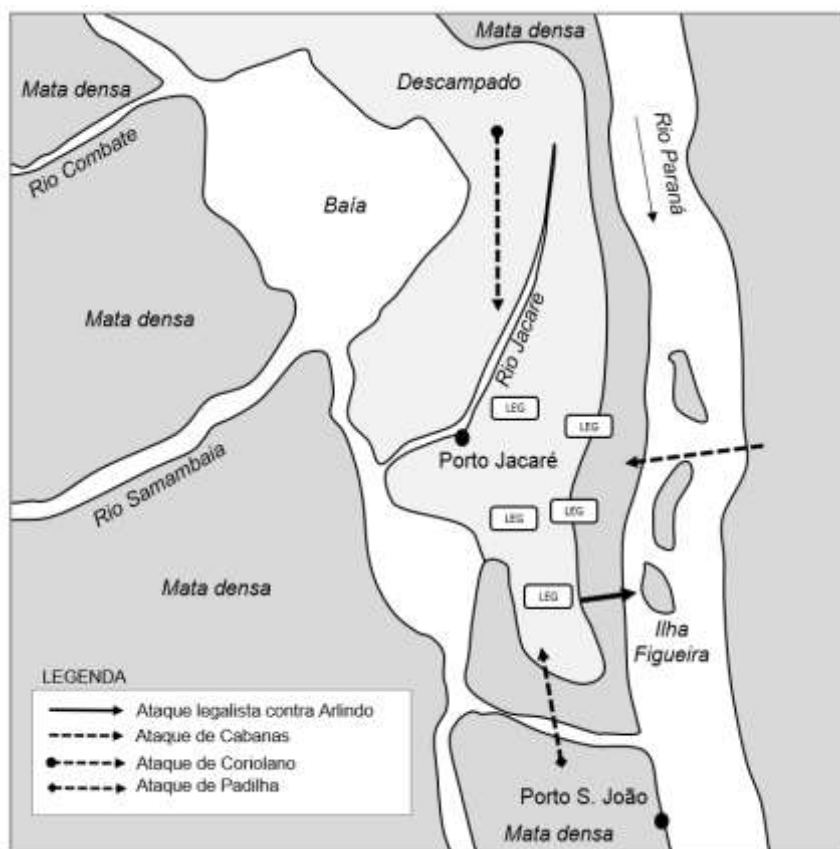
A 1ª brigada, sob comando do coronel João Francisco, estacionaria em Porto Guaíra, para facilitar a passagem do estado do Paraná; a 2ª brigada, sob o comando do general Padilha, dividida em duas colunas, acamparia nos portos de São José e São João, respectivamente no Paraná e no Mato Grosso, guardando as estradas que desembocavam naqueles portos; o resto da tropa, formando a 3ª brigada, sob comando do general Miguel Costa, um regimento de artilharia mista sob comando do capitão Filinto Müller, um esquadrão de cavalaria, sob o comando do tenente Danton, e serviços auxiliares e de saúde, tudo na ilha Xavier de Brito, posto de comando em chefe. Uma vez garantida a posse de Guaíra pelo coronel João Francisco, as forças que ficaram na ilha e a 2ª brigada se deslocariam para aquele porto e de acordo com a capacidade dos meios de transporte, essa 2ª brigada iria em primeiro lugar. Os postos por ela deixados seriam ocupados pelas tropas que estavam na retaguarda, para depois seguirem o mesmo rumo.³²⁴

Um problema a ser enfrentado seria o transporte de homens, materiais e víveres, o que até então fora feito por via ferroviária. Dada a falta de viaturas e estradas, haveria de ser feito um deslocamento fluvial. Para tanto, os revolucionários dispunham dos vapores “Guaíra”, “Conde Frontin”, “Paraná” e “Rio Pardo”, além de lanchas, barcaças e chatas improvisadas. Para complicar, eles pretendiam se instalar em uma região remota do estado do Paraná, que carecia de bens de toda natureza. Se por um lado isso poderia lhes facilitar a defesa, por outro representava um enorme desafio para quem, cedo ou tarde, sentiria a necessidade de viver dos recursos locais. Uma alternativa seria obter os meios necessários nos países vizinhos, o que requeria o dispêndio das escassas somas em dinheiro que dispunham. Além disso, esta opção estaria sujeita à ação da diplomacia brasileira, que por certo buscaria inviabilizá-la. O que parecia evidente era que as ações planejadas deveriam ter um desenlace breve, caso contrário faltariam gêneros de toda espécie, notadamente alimentos, munição e medicamentos.

³²³ LIMA, 1979, p. 62.

³²⁴ CABANAS, 2014, p. 147-148.

COMBATES NA REGIÃO DE PORTO JACARÉ

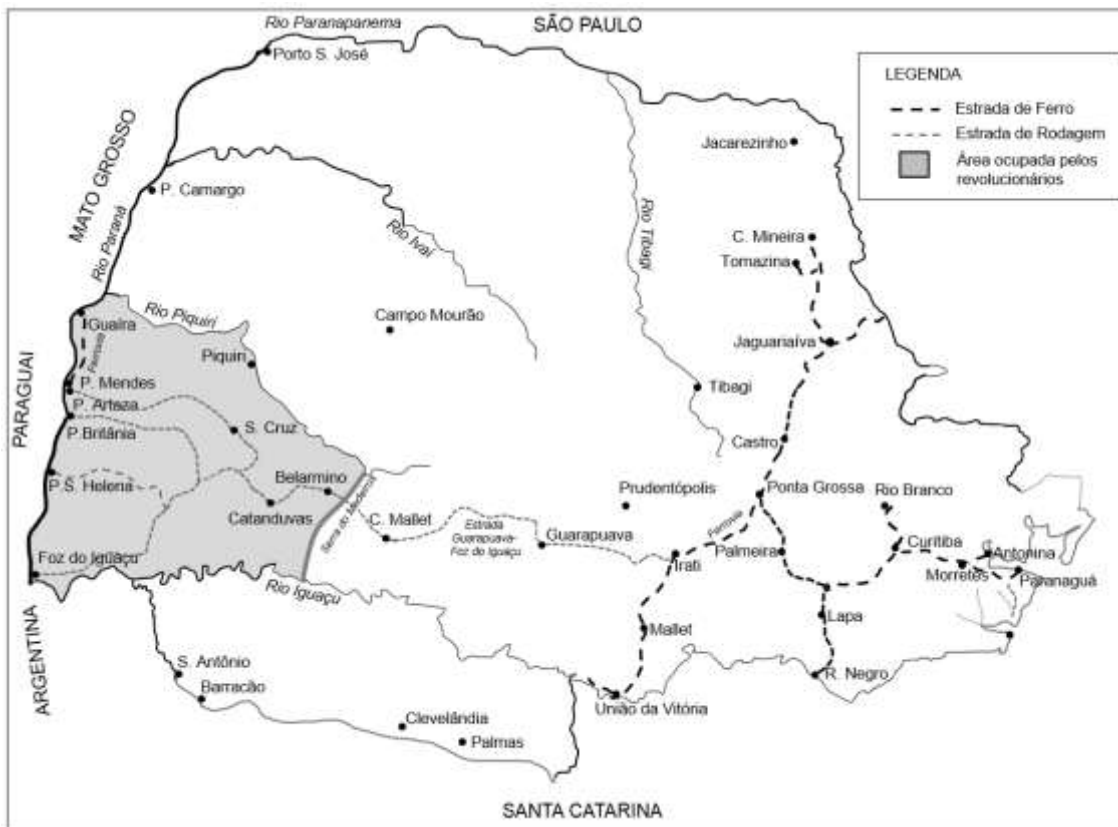


Em fins de outubro, as tropas revolucionárias finalmente se reagruparam. Miguel Costa, em Porto Mendes, fez um balanço das operações para alguns oficiais. Informou que, ao longo do rio, os revolucionários ocupavam Guaíra, Porto Mendes, Santa Helena e Foz do Iguaçu; no interior, estavam de posse da estrada que ligava os referidos portos à Guarapuava, no trecho até Catanduvas. Comunicou que os comandos estavam assim distribuídos: general Padilha, em Guaíra; general Costa, em Porto Mendes; coronel João Francisco, em Foz do Iguaçu; e coronel Estillac, em Catanduvas. Esclareceu que a rendição do major Arlindo, em Porto Jacaré, trouxera considerável prejuízo, pois a tropa que comandava era uma força regular disciplinada, cujo claro seria difícil de preencher; que uma falsa notícia sobre o aniquilamento do grosso da tropa na ilha Intendência fez desertarem unidades inteiras da Brigada Mesquita para o Paraguai; que a mesma falsa notícia fez com que o coronel João Francisco tomasse a chefia da revolução, e que este havia autorizado oficiais a operar no Rio Grande do Sul, dos quais ressentia-se agora a revolução. Preveniu que o inimigo concentrava-se em Formigas, impedindo o avanço até Guarapuava; e que o mesmo, saindo de Guarapuava, buscava fazer uma marcha de flanco em direção a Porto Mendes, passando por Piquiri, onde já se encontrava. Por fim, disse que a situação financeira não era boa e que faltava efetivo para ações de grande envergadura.³⁷⁵

³⁷⁵ Ibid., p. 168-169.

Terminava, assim, o avanço dos revolucionários pelo Paraná. Em meados de novembro, eles voltariam a atacar na serra do Medeiros, onde se encontravam tropas legalistas destacadas pelo general Rondon.

ÁREA SOB CONTROLE DOS REVOLUCIONÁRIOS EM FINS DE OUTUBRO DE 1924





LEGALISTAS NA ILHA DE PACU, NO FINAL DA CAMPANHA



VAPOR



PORTO DE GUAÍRA

2. REAÇÃO LEGALISTA E SITUAÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS PÓS INVASÃO

Para dar combate aos revolucionários, o governo federal ordenou a mobilização gradativa de milhares de homens do Exército, de polícias estaduais e de “batalhões patrióticos”. O comando das tropas legalistas, denominadas Forças em Operações de Guerra nos Estados do Paraná e Santa Catarina (FO), coube ao general Rondon, sertanista que gozava de renome internacional.

Vários motivos determinaram a escolha do referido general: experiência em atuar em áreas remotas; estar atualizado em relação a questões de comando e estado-maior, por ter servido junto à Missão Militar Francesa; haver exercido, sob diretriz do general Maurice Gamelin, o comando de grande unidade em manobras realizadas em Saicã, no ano de 1922; e, principalmente, gozar da confiança do presidente da República.³⁷⁶

Rondon seria acusado pelos revolucionários de ter mudado de lado, já que, segundo Moreira Lima, anos antes, teria ele feito reiteradas declarações de repulsa à candidatura de Artur Bernardes e de que pediria a reforma para não ter como chefe o referido político. No entanto, por motivos desconhecidos, talvez relacionados a questões de prestação de contas dos serviços de que era chefe, subitamente teria se retraído e mudado de posição.³⁷⁷

Rondon, em publicação que denominou “Documento para a História”, refuta as acusações. Dentre outras questões, confirma ter sido convidado para liderar a revolução que se preparava em 1922, o que não aceitou, tendo dito ao emissário:

Você não está em si! Pensa que se encarta um chefe numa revolução? Tê-la-ia eu organizado se fosse revolucionário. Mas não o sou; esquece você que somos positivistas e que, como tais, não podemos tomar parte em movimento subversivo? Não nos ensinaram que o mais retrógrado governo é preferível a mais progressista revolução? Reflita, meu amigo, enquanto é tempo. Aderir à revolução é ir de encontro aos princípios que abraçamos, princípios que só visam ao bem da Pátria e da Humanidade. Não tome sobre seus ombros a responsabilidade de desencadear a tormenta revolucionária por uma questão de classe. O Exército, como o concebem os franceses, deve ser “o grande mudo”, pronto a se sacrificar pelo bem da Nação, sem, contudo, intervir em mesquinhas questões de politicagem.³⁷⁸

De toda sorte, Rondon assumiu o comando das forças legalistas em 1º de outubro de 1924, em Ponta Grossa. Em resposta a telegrama de felicitações do general Sócrates, comenta que seria a oportunidade de externar os conhecimentos técnicos que pudera assimilar dos ensinamentos do general Gamelin; porém, lamentava ter de fazer isso contra membros do Exército, o que, no entanto, julgava indispensável para defender a ordem e a lei.³⁷⁹

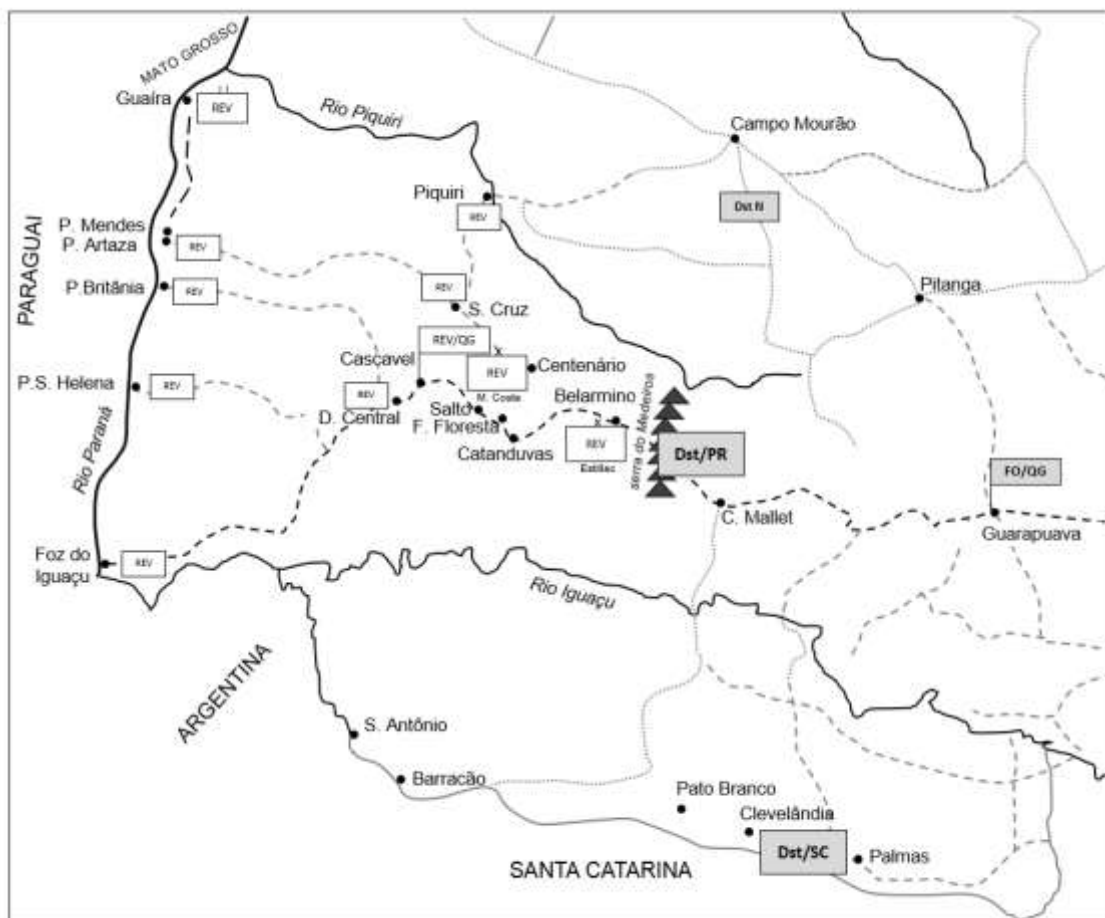
³⁷⁶ Nas manobras em questão, pela primeira vez no Brasil, atuaram conjuntamente tropas de infantaria, cavalaria, artilharia e aviação.

³⁷⁷ LIMA, 1979, p. 102.

³⁷⁸ VIVEIROS, 2010, p. 458-466.

³⁷⁹ **O Dia**. Telegrammas trocados entre os generaes Socrates e Rondon, Curitiba, n. 376, p. 1, 2 out. 1924.

POSICIONAMENTO DE LEGALISTAS E REVOLUCIONÁRIOS EM NOVEMBRO DE 1924





COMANDO LEGALISTA (FEVEREIRO DE 1925): DA ESQUERDA PARA A DIREITA
MARIANTE (2°), COUTINHO (3°), RONDON (4°) E ALMADA (6°)



SEZEFREDO DOS PASSOS, COMANDANTE DO 2° GP DST
3° A PARTIR DA ESQUERDA (FEVEREIRO DE 1925)



QUARTEL-GENERAL DE RONDON - GUARAPUAVA

3. REBELIÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Em 28 de outubro foi deflagrada a rebelião que vinha sendo preparada no Rio Grande do Sul e que era ansiosamente aguardada pelos tenentistas posicionados no Paraná. Nela, os revolucionários gaúchos aliaram-se aos “maragatos” de Assis Brasil (derrotados na “Revolução de 1923”), contra forças legalistas estaduais e federais.

Assis Brasil encontrava-se asilado no Uruguai e lá ficou durante o movimento. De sorte que as ações foram dirigidas por caudilhos como Honório Lemes da Silva (Leão de Caverá) e José Antonio Matos Neto (Zeca Neto); por oficiais que serviam em unidades do Exército localizadas no estado, como João Alberto, Cordeiro de Farias, Fernando Távora, Mário Portela e Aníbal Benévolo; e por integrantes da Coluna paulista que para lá se deslocaram, entre os quais Juarez Távora e João Francisco; além de Luís Carlos Prestes, que fazia pouco pedira demissão do Exército e se encontrava na região de Santo Ângelo, e Siqueira Campos, que fora desligado do Exército e até então estava na Argentina.

Em fins de outubro, Prestes recebeu uma carta otimista de Juarez Távora, conclamando-o a aderir à revolução. Na mesma, lhe era informado que o movimento dispunha de recursos substanciais. Certamente por isso influenciado, ele lançou, em 29 do mesmo mês, um manifesto ao povo de Santo Ângelo, no qual transmitia uma visão irreal do poderio dos revolucionários. Declarava que a Coluna paulista se havia retirado de São Paulo para dar descanso à tropa e que a mesma se encontrava mais forte do que nunca; estava perfeitamente aparelhada, dispondo de toda a artilharia de São Paulo, de vinte milhões de cartuchos e de cinco mil fuzis novos; e controlava a parte sul do Mato Grosso e a área mais rica e grande do Paraná. Assegurava que os revolucionários provenientes da Capital paulista já haviam batido diversas forças legalistas e que tropas do Exército se negavam a combatê-los, tendo o próprio governo confessado ser impossível dominar a revolução, haja vista ser a vitória dela uma aspiração nacional. Anunciava que se haviam rebelado as tropas do Exército das guarnições de Santo Ângelo, São Luís Gonzaga, São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Santana, Alegrete, Dom Pedrito, Jaguarão e Bagé; também forças revolucionárias de Palmeira, Nova Wütemberger, Ijuí, Santo Ângelo, São Nicolau, São Luís Gonzaga, São Borja, Santiago e de toda a fronteira até Pelotas; e, ainda, os maragatos de Honório Lemes e Zeca Neto, que entravam no estado vindos do Uruguai.³⁹⁷

A deflagração do movimento, entretanto, revelou um cenário bem menos animador aos revolucionários. Apenas quatro unidades do Exército aderiram a eles, os 2º, 3º e 5º Regimentos de Cavalaria, sediados em São Borja, São Luís Gonzaga e Uruguaiana, respectivamente; e o 1º Batalhão Ferroviário, de Santo Ângelo; além de uma seção do 3º Grupo de Artilharia a Cavalos, de Alegrete. Os “maragatos” de Honório Lemes e Zeca Neto cumpriram a promessa e a eles se uniram.

Em 3 de novembro, os revolucionários concentravam-se em três localidades. Em Uruguaiana estavam cerca de 2 mil “maragatos” e soldados do 5º Regimento de Cavalaria e da

³⁹⁷ a) Carta de Juarez Távora a Luís Carlos Prestes, de 12 de outubro de 1924, Artigas – Uruguai. In: LIMA, 1979, p. 524. b) Manifesto dos militares rebelados em Santo Ângelo, distribuído em 29 de outubro de 1924, assinado por Luís Carlos Prestes. Transcrito In: **A Federação**. Levante militar da fronteira missioneira. Porto Alegre, n. 256, p. 1, 4 nov. 1924.

4. COMBATES NA SERRA DO MEDEIROS E EM BELARMINO

Em meados de novembro, enquanto seguiam os combates no Rio Grande do Sul, os revolucionários que estavam no Paraná buscaram avançar para leste pela EstrGuara/Foz. No caminho, porém, encontrava-se a serra do Medeiros, ocupada pelos legalistas e descrita, em publicação relativa ao município de Guarapuava, como “*um verdadeiro Dardanellos dos sertões. [...] Ahi foi o inicio da lucta das duas armas adversarias. Para os rebeldes, a passagem do Medeiros – formidaveis gargantas formando fortalezas naturaes – éra a conquista de Guarapuava. Éra todo o caminho andado na realisação de um sonho*”.⁴⁰⁹

O “Jornal” também a retratou:

*[...] a serra do Medeiros, principal posição estrategica de toda aquella região. Medeiros é um dos desfiladeiros da serra do Chagú, que acompanha o rio das Cobras, se estende por Isolina e União, formando uma região de montanhas que se succedem cobertas por florestas serradas de pinheirae e madeiras de lei e onde o taquaruçú se entrança formando redes intransponíveis.*⁴¹⁰

As ações iniciaram-se no dia 15, quando tropas da Brigada Estillac, comandadas por Néelson de Melo, repeliram forças avançadas do Dst/PR que se encontravam entrincheiradas na região de Bormann, a oeste e nas proximidades da serra do Medeiros. Dando sequência, os revolucionários buscaram galgar a referida serra, mas foram barrados pelo grosso do citado Dst, composto pelo BP Geraldo Rocha, 13º RI, 2º/4º RCD, reforçados por seções da Cia Mtr P/9º RI, da Cia Mtr P/10º RI e do 4º RAM.⁴¹¹

O tenente revolucionário Luís Cordeiro de Castro Afilhado descreve o objetivo e o desenrolar do ataque:

*Era objetivo dos chefes revolucionarios attingir a serra do Medeiros – esplendida fortaleza natural. Pretendia-se resistir, ahi, até que se verificassem as esperadas adhesões – prometidas, firmemente, durante um longo período de preparação, combinações e compromissos. A 15 de novembro daquelle mesmo anno, travou-se o primeiro combate, que nos foi adverso. Nelson não conseguiu ocupar as elevações majestosas da serra do Medeiros. Com pouca gente e armamento reduzido, defrontando um adversario numeroso e bem armado, só com sua bravura admiravel impillia aquella tropa até o meio daquella encosta ingreme e elevada. Alguns soldados nossos morreram, já nas proximidades das primeiras trincheiras governistas. O fogo da tropa do governo, é, porém, cerradissimo, e a nossa tropa tem contra si, além do mais, a desvantagem da subida. A força governista, com artilharia e grande somma de metralhadoras, a cavalleiro, dominou completamente a situação, e a nossa tropa retrocedeu, estabelecendo-se, definitivamente, em Bellarmino. Ahi, a luta continuou, sem tréguas.*⁴¹²

⁴⁰⁹ CORREIA, Leocadio; OLIVERO, Mario F. **Guarapuava**. 2. ed. Curitiba: Olivero, 1928. p. 101.

⁴¹⁰ **O Jornal**. A revolução no sul. Rio de Janeiro, n. 1.885, p. 9, 14 fev. 1925.

⁴¹¹ ALMADA, João Baptista Pires de. Parte de combate dos dias 15 e 16 de novembro de 1924, do comandante do Dst/PR, destinada ao comandante das FO, datada de 15 fevereiro de 1925. QG em Roncador. p. 2.

⁴¹² Relato do tenente Cordeiro Afilhado. In: **O Jornal**. A queda de Catanduvas. Rio de Janeiro, n. 2.479, p. 1, 7 jan. 1927.

5. ATAQUE EM FORMIGAS

Do início de janeiro até fins de março, a frente de combate paranaense manteve-se estagnada. O acontecimento mais marcante foi um ataque de surpresa, realizado por Cabanas em Formigas, pouco antes de Rondon lá instalar seu posto de comando.

Isso não significa que as forças de ambos os lados tenham gozado de um período de tranquilidade, pelo contrário, padeceram de doenças e ferimentos, da falta de assistência médica adequada e de suprimentos, e de operar em terrenos e condições meteorológicas desfavoráveis, dentre outras vicissitudes. Tudo isso incidiu sobre a disposição física e mental dos combatentes, que já vinha de desgastes anteriores, o que ocasionou conflitos hierárquicos, arrefecimento da disposição em lutar, entre outros problemas.

Napoleão do Brasil descreve um dia na linha de frente legalista:

Esse novo dia que surge nos reserva mais numerosos sacrifícios. Quem seria o escolhido?... Pela manhã, nota-se uma anormal atividade de nossa artilharia, e os rebeldes, embora parcimoniosamente, respondem particularmente em nossa direção, e as granadas inimigas passam farfalhando sinistramente, cortando galhos acima das nossas cabeças. É hoje um lindo dia de sol radiante e festivo. Se na natureza tudo é alegria, no nosso coração há apenas tristeza e luto ao vermos novamente os padioleiros infatigáveis e heroicos passarem conduzindo novos feridos. As padiolas estão nojentas de sangue e lama. O inimigo não dá tréguas, e continua ensurdecedor o ruído contínuo dos fuzis e armas automáticas. [...] pagamos caro esse dia. O impiedoso látigo de aço das balas inimigas vai lanhando sem cessar o nosso batalhão; entre gemidos, blasfêmias e ranger de dentes, aqui e ali, vão tombando nossos companheiros de infortúnio. O cabo Alcides Rodrigues da Silva cai ferido e logo em seguida o soldado João Alves Pequeno com o peito varado de balas; cai também ferido o soldado Antônio Valentim da Silva [...]. A ronda da morte recolhe-se ao escurecer, satisfeita da tarefa desse dia. Recolhemo-nos, mais uma vez, ao fundo lamacento da trincheira para dormir.⁴²⁸

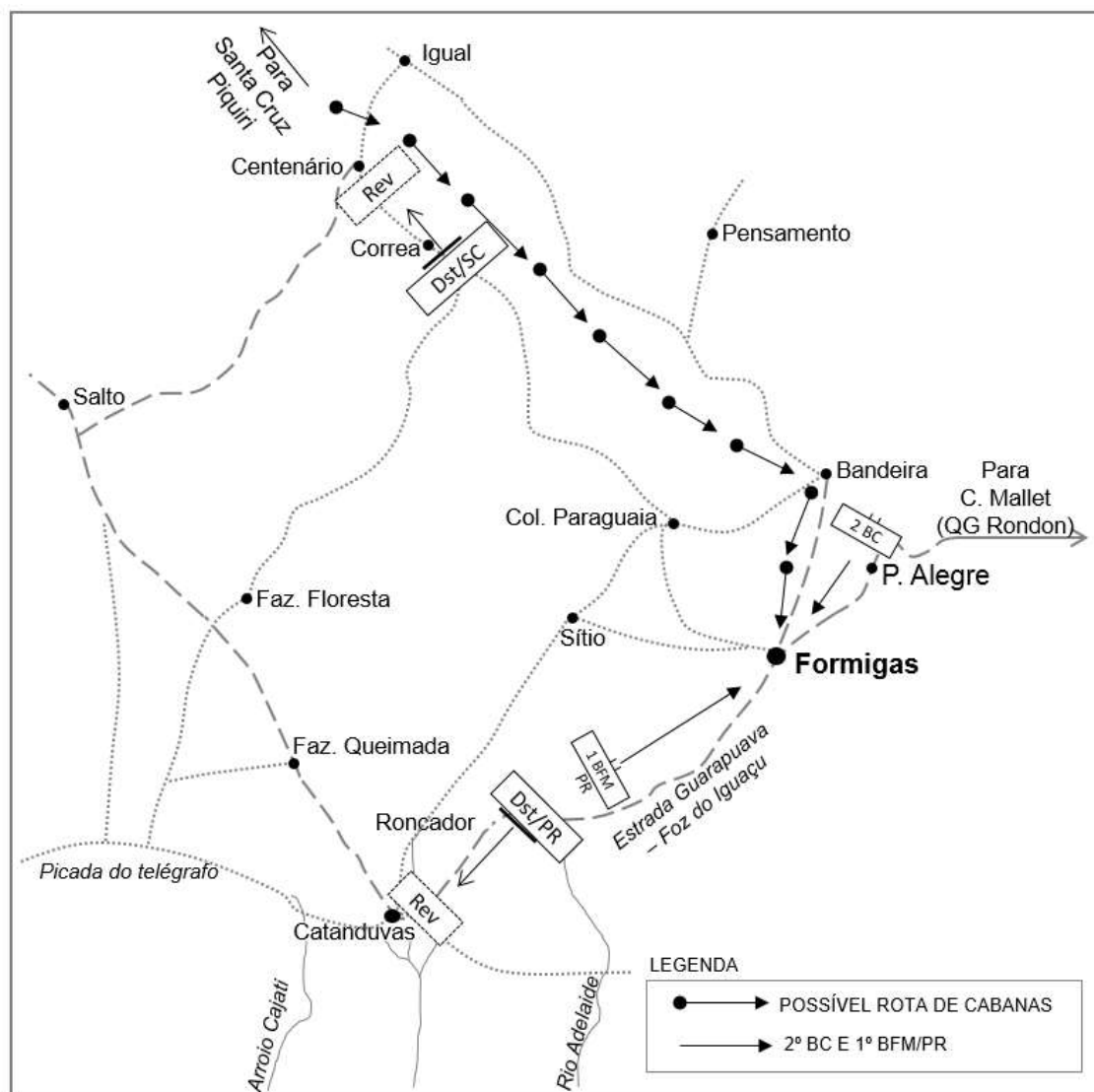
Cabanas descreve a situação da tropa revolucionária:

A inércia em que estavam as forças, há muito tempo, diante de um inimigo que não se resolvia a mover-se e nem dar um só tiro, mantendo-se em pacífica defensiva e sem que aos revolucionários fosse permitida a iniciativa de um ataque por falta de munição, tornou a situação intolerável e cheia de apreensões. [...]. Entretanto mais precário se apresentava o estado geral de nossas tropas. Privações de toda natureza, falta de alimentos, fumo, de roupas, calçados e os mais simples e usuais medicamentos. Os soldados, atacados por moléstias, aliás comuns às trincheiras, como a disenteria e a sarna, para as quais não encontravam alívio. A fome era saciada, aos poucos, por milho cozido ou assado, palmito e às vezes por brotos de taquarassú (sic).⁴²⁹

⁴²⁸ MIRANDA, 1954, p. 66-67.

⁴²⁹ CABANAS, 2014, p. 220-221.

AÇÕES EM FORMIGAS



Realmente, Cabanas recebera informações de que Rondon poderia estar na localidade e orientou os seus comandados a concentrar seus disparos no local onde este deveria se alojar. Após se apossar do povoado, ele diz ter ido até a casa principal e lá encontrou “*flores em profusão, uma mesa de jantar artisticamente preparada, camas bem arrumadas, indicando personagens, e, em decúbito dorsal, próximo a uma porta de saída, o cadáver de uma mulher*”.⁴⁴²

Para o comando legalista “*A surpresa de Formigas pelos rebeldes foi a consequência da absoluta falta de vigilância na localidade. Não havia uma defesa estudada na previsão de ataques sempre possíveis, não havia mesmo vigilância*”.⁴⁴³

Cabanas terminou fazendo um balanço positivo de sua incursão. Havia desorganizado o Dst/SC, “*que pensando ser atacado, desorganizou-se por si próprio*”; diminuiu a pressão que se fazia sobre Catanduvas, já que o inimigo de lá retirou tropas para proteger os flancos e a

⁴⁴² CABANAS, 2014, p. 198-199.

⁴⁴³ Boletim nº 21, do Destacamento de Palmas, de 23 de fevereiro de 1925. Transcrição de publicação do Boletim nº 131, de 10 de fevereiro de 1925, das FO.

6. MARCHA DA COLUNA GAÚCHA PARA O PARANÁ

Paralelamente aos eventos que se sucediam na região entre a serra do Medeiros, Centenário e Catanduvas, Prestes e sua Coluna deslocavam-se para o Paraná, com a intenção de se juntar aos revolucionários que lá estavam.

A marcha teve início em 27 de dezembro de 1924, em São Luís Gonzaga. Chegou em 7 de fevereiro de 1925, em Barracão, no extremo sudoeste paranaense, onde a tropa estacionou (dois dias antes, parte dela seguiu rumo a Clevelândia, a fim de realizar um ataque a essa localidade). Voltou a se deslocar em 24 de março, em direção a Benjamim, entre Foz do Iguaçu e Catanduvas, onde se deu, em 3 de abril, a junção de “gaúchos” e “paulistas”.

As dificuldades enfrentadas pelos revolucionários foram muitas. A principal delas foi estar sendo perseguidos por tropas legalistas, dentre as quais a comandada pelo coronel Claudino Nunes Pereira, o que resultou em diversas escaramuças e nos combates de Ramada (atual Nova Ramada), em 3 de janeiro, e de Porto Feliz (atual Mondaí), vinte e um dias depois. Neste foi morto Mário Portela, grande colaborador de Prestes. Somavam-se a isso, a falta de suprimentos de toda ordem e o deslocamento por trilhas inóspitas, o que gerou grande número de deserções, muitas das quais para a Argentina, cuja fronteira estava cerca de vinte quilômetros a oeste do eixo de progressão da Coluna. Convém destacar que a rota mais fácil para se deslocar do Rio Grande do Sul para o Paraná, pelo oeste catarinense, passava por Passo Bormann, Chapecó e Xanxerê; no entanto, tal trajeto estava bloqueado pelo BP Bormann.⁴⁵⁰

Por esses dias, o coronel Fidêncio de Melo, liderança importante na região do Contestado, entrou para o lado dos revolucionários. Cruzou a fronteira argentina no dia 2 de fevereiro e ocupou Santo Antônio e Dionísio Cerqueira (localidade unida a Barracão, o que as separa é a fronteira entre Santa Catarina e Paraná).⁴⁵¹

Ao chegar em Barracão, Prestes enviou carta a Isidoro expondo os desafios enfrentados, a situação de sua tropa e seus planos. Relatava que saíra de São Luís Gonzaga com cerca de 1.500 homens, mal armados e municados; que travara diversos combates e marchara por terríveis picadas; que lhe faltaram recursos e que perdera quase toda sua cavalaria. Comenta que, ao longo do caminho, alguns chefes retiraram-se da Coluna, levando, criminosamente, homens, armas e munição. Salienta que teve de lutar mais com a fraqueza e desânimo de certos companheiros do que com o próprio inimigo, pois este, com a rapidez da movimentação dos revolucionários, ficou impossibilitado de fazer a mais insignificante das perseguições. Diz que se encontrava com 800 homens, dos quais menos de 500 armados, tendo somente cerca de 10 mil tiros e 10 fuzis-metralhadores. Esclarece que fizera contato com o coronel Fidêncio de Melo, e que resolvera mandar 250 homens atacar Clevelândia, enquanto com outros 200 pretendia marchar em direção a Colônia Mallet. No entanto, tais ações eram dificultadas pela falta de meios. Assim, solicitava a remessa de 100 mil tiros, armas automáticas, mapas e cartas dos estados de Santa Catarina e do Paraná, além de informações das posições do inimigo. Comprometia-se a enviar 100 reses aos “paulistas”. Defendia o uso da guerra de movimento em detrimento da estática, devido ao fato de

⁴⁵⁰ **O Estado do Paraná.** A acção da Columna Prestes. Rio de Janeiro, n. 505, p. 1, 27 ago. 1926.

⁴⁵¹ DIÁRIO de marchas e operações das Forças em Operações durante a Campanha nos estados do Paraná e Santa Catharina. p. 85.

8. BATALHA DE CATANDUVAS

Catanduvás foi ocupada pelas forças revolucionárias por três razões principais: sua posse garantia o controle da única estrada que dava acesso ao extremo oeste paranaense, assegurava terrenos em que podiam ser articuladas boas posições defensivas, e possibilitava o uso de um posto telegráfico lá instalado. Com a queda de Belarmino, a importância dela cresceu, passando a constituir-se o principal baluarte de defesa revolucionário; sendo considerada, por alguns, a “Verdun” do sertão paranaense.

O jornal “Correio Paulistano” assim descreve a região de Catanduvás quando se deu a batalha:

*Catanduvás é um districto de paz de Guarapuava, que fica proximo ao municipio de Iguassu. Dista 20 leguas de Mallet e 40 de Guarapuava, além das serras do Xagu, que tem extensão de 12 leguas para automovel, com rampas na média de 16 por cento, o que torna muito penosa a viagem e quasi impossivel na época das chuvas. O povoado fica numa elevação de terreno de difícil acesso e no meio de um sertão bruto, de pinheirões e embuias. Possui umas vinte casas, uma estação telegraphica e uma escola. Muitos dos moradores são paraguayos e a lingua mais usada é o hespanhol ou, melhor, o guarany-paraguay.*⁴⁷⁷

Conforme já salientado, após as lutas em Belarmino e a incursão de Cabanas em Formigas, a frente paranaense estagnou e o comando legalista ficou ainda mais cauteloso quanto às suas possibilidades de conquistar Catanduvás. Em razão disso e do avanço da Coluna Prestes que se dava em território catarinense, Rondon solicitou reforços e o envio de dois generais de brigada. Enquanto isso era arranjado, nenhuma operação de vulto deveria ser desencadeada ao norte do rio Iguaçu, conforme consta em ordem de operação:

*Até a chegada das novas unidades de reforço, os Dest. Almada e Mariante manter-se-ão em suas actuaes posições, conservando-as a todo custo. Continuarão a effectuar reconhecimentos e golpes de mão afim de conservar o contacto e fazer prisioneiros, e aproveitarão todas as ocasiões favoráveis para a execução de ataques locais.*⁴⁷⁸

Segundo Olintho Tolentino, revolucionário que estava em Catanduvás, após Formigas, a tropa legalista que estava entrincheirada na frente de combate teria perdido inteiramente o entusiasmo, limitando-se a escassos bombardeios e frouxa fuzilaria; Rondon teria mudado o seu quartel-general de Guarapuava para Ponta Grossa (o que não aconteceu), que oferecia a segurança da linha férrea em caso de desastre; e do Paraná telegrafava-se para o Rio de Janeiro, em cifra, chamando-o de inepto.⁴⁷⁹

⁴⁷⁷ A situação no Sul: queda do reducto revolucionario de Catanduvás. **Correio Paulistano**, n. 22.155, p. 4, São Paulo, 31 mar. 1925.

⁴⁷⁸ COUTINHO, Octávio de Azeredo. Ordem de Operações nº 1, do comandante do 1º Grupo de Destacamentos, de 4 de março de 1925, QG em Colônia Mallet. p. 1.

⁴⁷⁹ Relato de Olyntho Tolentino de Freitas Marques. In: **A Manhã**. Uma página da Revolução brasileira. Rio de Janeiro, n. 1.017, p. 12, 30 mar. 1929.

Novidade importante ocorreu em fins de fevereiro, quando os generais Octavio de Azeredo Coutinho e Nestor Sezefredo dos Passos, ambos oriundos do Estado-Maior do Exército, chegaram para comandar os recém estruturados 1º e o 2º Grupos de Destacamentos (Gp Dst), respectivamente.⁴⁸⁰

Ao 1º Gp Dst, formado pelo Dst Almada (antigo Dst/PR) e Dst Mariante (antigo Dst/SC), caberia atuar no Paraná (entre os rios Iguazu e Piquiri); e ao 2º Gp Dst, constituído pelo Dst Severiano Ribeiro (antigo Dst Palmas), Dst Paim Filho e Dst Claudino Pereira, tocava atuar nos estados de Santa Catarina e Paraná (entre os rios Iguazu e Uruguai).⁴⁸¹

A composição, localização e o efetivo das forças legalistas, em 27 março, quando foi lançado o ataque em Catanduvas, era a constante no quadro abaixo.

TABELA 23: FORÇAS LEGALISTAS EM OPERAÇÕES ÀS 20:00 HORAS DO DIA 27 DE MARÇO DE 1925.⁴⁸²

QUARTEL GENERAL		
EFETIVO: 35 oficiais e 62 praças		Quartel-General: Guarapuava
1º GRUPO DE DESTACAMENTOS		
COMANDANTE: GENERAL OCTAVIO DE AZEREDO COUTINHO		
Quartel-General: Colônia Mallet		Posto de Comando: Roncador
DESTACAMENTO ALMADA		
Quartel-General: rio Adelaide		Posto de Comando: Roncador
TROPA	SIGLA	LOCALIZAÇÃO
13º Batalhão de Caçadores	13º BC	Em contato com o inimigo, no rio Liso, em Catanduvas (centro)
9ª Companhia de Metralhadoras Pesadas	9ª Cia Mtr P	Idem
Batalhão Geraldo Rocha	BP G. Rocha	Em contato com o inimigo, na região de Paiol (direita)
2º Batalhão do 13º Regimento de Infantaria	2º/13º RI	Em contato com o inimigo, no rio Liso, em Catanduvas (Sub Dst da Esquerda)
Uma companhia do 2º Batalhão da Força Pública de São Paulo	Cia/2º BFP/SP	Idem
2º Batalhão do 7º Regimento de Infantaria	2º/7º RI	Idem
Uma seção de metralhadoras pesadas do 7º Regimento de Infantaria	Seç Mtr P/7º RI	Idem
6º Corpo Auxiliar da Brigada Militar do Rio Grande do Sul	6º CA/RS	Em contato com o inimigo, em Cajati
2º Batalhão da Força Pública de São Paulo (menos uma companhia)	2º BFP/SP (-)	No km 230
2º Esquadrão do 5º Regimento de Cavalaria Divisionária	2º/5º RCD	Na retaguarda do Sub Dst da Esquerda
1º Batalhão do 7º Regimento de Infantaria	1º/7º RI	Idem
Companhia de Metralhadoras Pesadas do 7º Regimento de Infantaria (menos uma seção)	Cia Mtr P/7º RI (-)	Idem
4ª Bateria do 5º Regimento de Artilharia Montada	4ª/5º RAM	Roncador
Uma peça da 3ª Bateria do 9º Regimento de Artilharia Montada	Pç/3ª/9º RAM	Idem

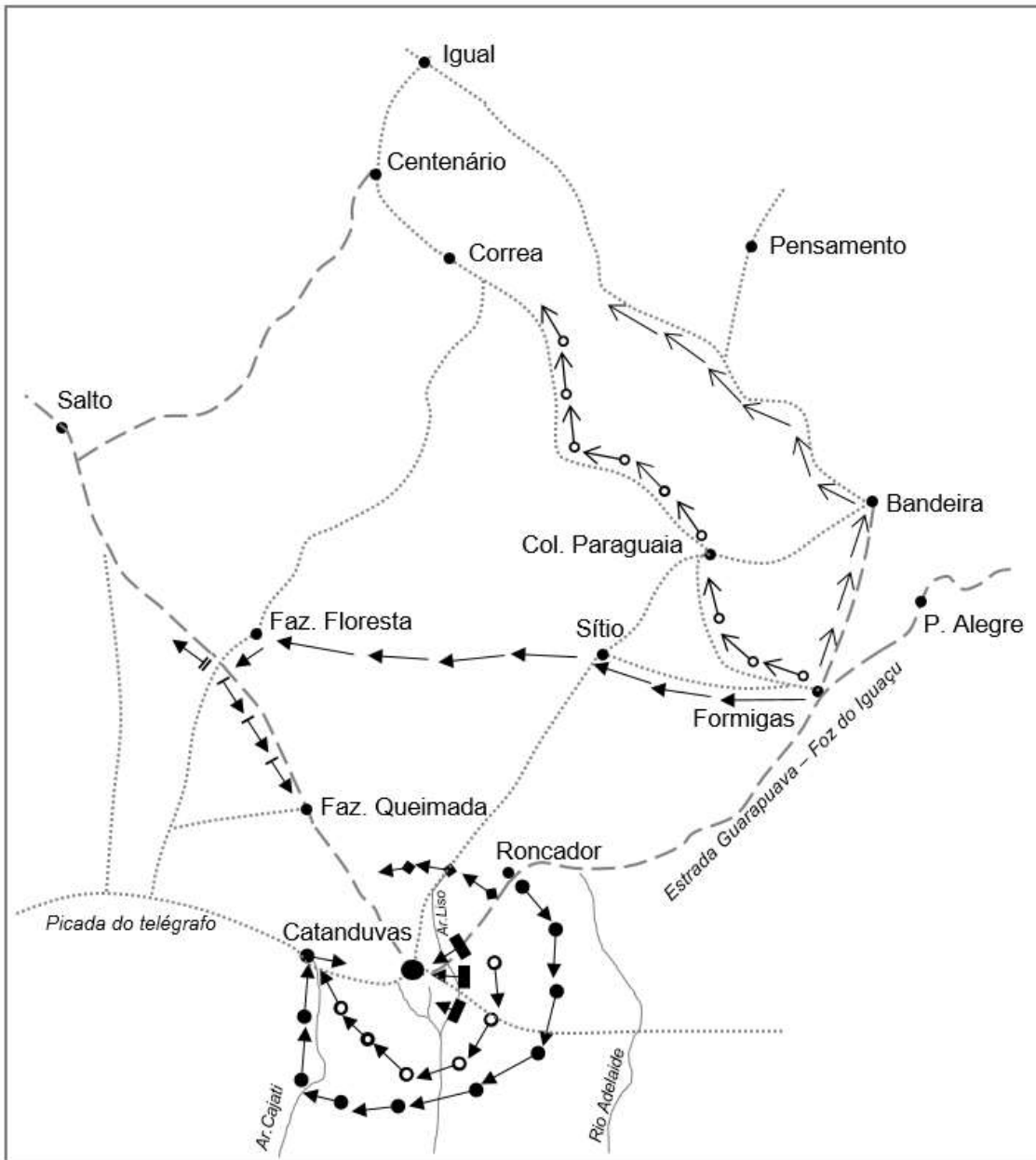
⁴⁸⁰ **Estado.** Movimento revolucionário. Florianópolis, n. 3.244, p. 2, 7 abr. 1925.

⁴⁸¹ DIÁRIO de marchas e operações das Forças em Operações durante a Campanha nos estados do Paraná e Santa Catarina. passim.

⁴⁸² a) DIÁRIO de marchas e operações das Forças em Operações durante a Campanha nos estados do Paraná e Santa Catarina. p. 120 (efetivos). b) Ordens, situação e conferências - 3ª Seção do Estado-Maior das Forças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina. 27 de março de 1925, Guarapuava, p. 1-2.

2ª Bateria do 3º Grupo Independente de Artilharia Pesada (menos uma seção)	2ª/3º GIAP (-)	Idem
1ª Bateria do 2º Grupo de Artilharia a Cavalo	1ª/2º GAC	Idem
2º Esquadrão do 4º Regimento de Cavalaria Divisionária (menos um pelotão)	2º/4º RCD (-)	Adelaide
Um pelotão do Batalhão de Infantaria Montada Moreira Garcez	Pel/BP Garcez	Januário
DESTACAMENTO MARIANTE		
Quartel-General: Formigas		Posto de Comando: Sítio
TROPA	SIGLA	LOCALIZAÇÃO
Um pelotão do 3º Esquadrão do 7º Regimento de Cavalaria Independente	Pel/3º/7º RCI	Em contato com o inimigo em Correa
9º Batalhão de Caçadores	9º BC	Idem
Uma peça da 2ª Bateria do 1º Grupo de Artilharia de Montanha	Pç/2ª/1º GIAMth	Idem
2º Batalhão de Caçadores (menos uma companhia)	2º BC (-)	Idem
Companhia do 2º Batalhão de Caçadores	Cia/2º BC	Colônia Paraguaia
1º Batalhão da Força Pública da Bahia	1º BFP/BA	Em contato com o inimigo, em Augusto Nunes
Dois seções da 8ª Companhia de Metralhadoras Pesadas	2Seç/8ª Cia Mtr P	Idem
2º Batalhão da Força Pública de Santa Catarina	2º BFP/SC	Em 2º escalão (Picada Augusto Nunes)
8ª Companhia de Metralhadoras Pesadas	8ª Cia Mtr P	Idem
Uma peça da 3ª Bateria do 9º Regimento de Artilharia Montada	Pç/3ª/9º RAM	Formigas (não funcionando)
3ª Companhia de Administração	3ª Cia Adm	Formigas
Um pelotão do 2º Esquadrão do 4º Regimento de Cavalaria Divisionária	Pel/2º/4º RCD	Idem
À DISPOSIÇÃO DO COMANDO DO GRUPO DE DESTACAMENTOS		
TROPA	SIGLA	LOCALIZAÇÃO
10º Batalhão de Caçadores (menos uma companhia)	10º BC (-1)	Bandeira
2º Batalhão do 11º Regimento de Infantaria (menos uma companhia)	2º/11º RI (-)	Roncador
Uma companhia do 2º Batalhão do 11º Regimento de Infantaria	Cia/2º/11º RI	Vinte e quatro
3º Esquadrão do 5º Regimento de Cavalaria Divisionária	3º/5º RCD	J. Gonçalves
2º Batalhão da Força Militar do Paraná	2º BFM/PR	Formigas
Uma companhia do 3º Batalhão de Caçadores	Cia/3º BC	Em marcha para Formigas
½ Pelotão do Contingente do Batalhão de Clevelândia	½ Pel CBP Clevelândia	Joaquim Pedro
4ª Companhia do 2º Batalhão da Força Pública de Santa Catarina	4ª/2º BFP/SC	Rocinha
Contingente do Batalhão de Clevelândia (menos ½ pelotão)	CBP Clevelândia (-)	Bormann
Uma companhia do 10º Batalhão de Caçadores	Cia/10º BC	Em marcha para Bandeira
3º Batalhão de Caçadores (menos uma companhia)	3º BC (-)	Mallet
3º Esquadrão do 5º Regimento de Cavalaria Independente (menos um pelotão)	3º/5º RCI (-)	Idem
3ª Bateria do 9º Regimento de Artilharia Montada (menos uma seção)	3ª/9º RAM (-)	Idem

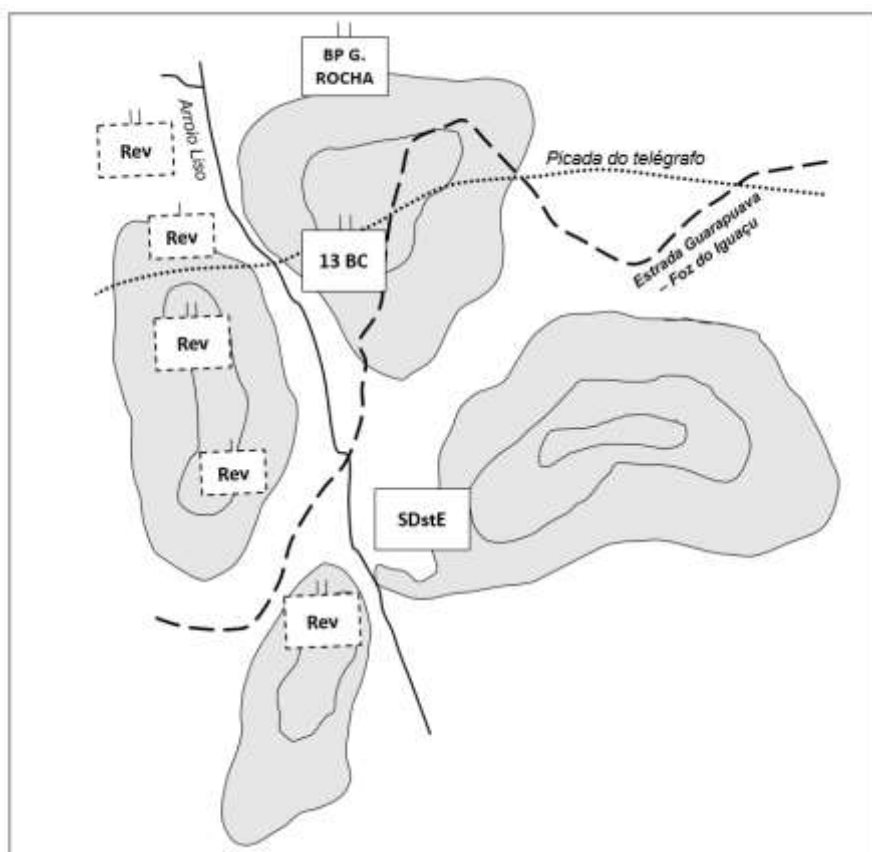
SITUAÇÃO DAS TROPAS LEGALISTAS EM ATAQUE:
27 A 30 DE MARÇO DE 1925



LEGENDA

SubDst/E, 13ª BC, BP G. Rocha	1ª BFP/BA, 2ª BFP/SC e 9ª BC	6ª CA/RS	7ª RI e Cia/2ª/11ª RI
2ª BC	10ª BC	2ª BFP/SP	2ª BFP/SC (dia 29)
			9ª BC (dia 29)

SITUAÇÃO EM CATANDUVAS EM 29 DE MARÇO DE 1925



Cabanas descreve como percebeu a rendição:

Ao anoitecer, o inimigo mantinha as posições conquistadas e o batalhão que tomou Cajaty fazia pressão sobre a ala em que se achavam as trincheiras da frente, ficando estas sob a ação de dois fogos. A noite avançava; os nossos soldados detonavam os últimos cartuchos e a situação era gravíssima. Impossível seria prolongar a resistência. Uma retirada não se poderia efetuar porque a retaguarda estava tomada, e tentar romper a passagem à baioneta equivalia desabrigar a tropa das trincheiras, voltando as costas às inúmeras metralhadoras inimigas, o que redundaria em uma hecatombe. [...]. Assim reuniu-se a oficialidade em conferência e tomaram a única solução viável no caso: a entrega da praça, devendo pôr-se imediatamente a salvo como pudessem o coronel Estillac Leal e o capitão Filinto Müller, segundo resolução unânime.⁵⁰¹

Tolentino, que estava na posição, declarou que, até o dia 28, ainda era possível realizar uma retirada, mas que resolveram ficar devido ser o local que ocupavam a “chave da região”, além de aguardarem reforços. No dia 29, fechou-se o cerco e a ajuda esperada não chegou. Em razão disso, resolveram capitular. A outra opção seria embrenhar-se na mata, sem armas e “munições de boca”, o que seria um desastre para toda a tropa.⁵⁰²

⁵⁰¹ CABANAS, 2014, p. 232.

⁵⁰² Declarações do capitão Olintho Tolentino de Freitas Marques, em 6 de abril de 1925, ao delegado de Ordem Política e Social de São Paulo. In: **O PAIZ**. A rendição de Catanduvas. Rio de Janeiro, n. 14.780, p. 4, 8 abr. 1925.

9. RETIRADA DOS REVOLUCIONÁRIOS E A FORMAÇÃO DA COLUNA COSTA/PRESTES

A queda de Catanduvas não significou o término das operações. Em face desse episódio, o comando revolucionário ordenou a seus destacamentos retrair em direção do rio Paraná. Aproveitando-se disso, o 2º BC apossou-se, sem resistência, de Correa e Centenário, em 31 de março, tendo depois se deslocado para Salto. Já uma companhia do 10º BC seguiu para Centenário (o restante dessa unidade permaneceu em Bandeira). No dia seguinte, o 9º BC chegou em Salto.⁵⁰⁹

Todavia, os legalistas não partiram imediatamente ao encalço dos revolucionários. Miguel Costa comenta que se o coronel Mariante, em vez de enviar-lhe um bilhete intimando-o à rendição, tivesse feito a ofensiva que lhe ameaçava, não teria tido tempo para evacuar suas forças estendidas em um raio de 90 quilômetros; o que fez de forma segura e calma, protegendo, ainda, os pontos da EstrGuara/Foz onde a Coluna Prestes poderia desembocar.⁵¹⁰

O general Azeredo Coutinho aponta os motivos da demora:

*Infelizmente, circunstancias diversas entre as quaes se destacavam as dificuldades de reaprovisionamento, fadiga das tropas e – porque não dizel-o? falta de espirito militar de alguns officiaes, impediram que as nossas forças partissem, como a situação exigia, ao encalço dos rebeldes, immediatamente após a occupação de Catanduvas e de Salto.*⁵¹¹

O mesmo general relata que em meados de abril foi surpreendido com notícias de que Prestes havia transposto o rio Iguaçu e que se dirigia para Santa Helena ainda com bons elementos, o que contrariava informações que havia recebido, por demais otimistas, de que a Coluna que vinha do Rio Grande do Sul havia sido completamente desbaratada. Em face disso, ele ordenou que os destacamentos Almada e Mariante se deslocassem, respectivamente, para Foz do Iguaçu e Santa Helena. Também formou mais dois destacamentos, denominados Mello e Corbiniano, que seguiram, nessa ordem, para Artaza e São Francisco. Os dois últimos, a partir do dia 21, formaram o Dst Norte, sob comando do coronel Souza Castro, que deveria atuar ao norte do rio São Francisco (O Dst Norte referido anteriormente havia sido extinto).⁵¹²

Conforme já exposto, a Coluna revolucionária que vinha do Rio Grande do Sul atingiu a EstrGuara/Foz, em Benjamim, no dia 3 de abril. Ali, quatro dias depois, Miguel Costa reuniu-se com Prestes para tratarem dos rumos da campanha. Decidiram que iriam concentrar as tropas remanescentes em Santa Helena, depois seguiriam para Guaíra, de onde cruzariam o rio e se internariam no Mato Grosso, onde “*não seria difícil obter munição de boca e guerra, e, bem assim, reorganizar a tropa e melhor prepará-la para uma nova luta em terreno mais propício*”.

⁵⁰⁹ DIÁRIO de marchas e operações das Forças em Operações durante a Campanha nos estados do Paraná e Santa Catharina. p. 118-122.

⁵¹⁰ Relato de Miguel Costa. In: **O Combate**. “O Combate” ouvindo as figuras de relevo da revolução. São Paulo, n. 4.388, p. 6, 29 abr. 1927.

⁵¹¹ COUTINHO, Octávio de Azeredo. Relatório do general Azeredo Coutinho, comandante do 1º Grupo de Destacamentos. p. 8.

⁵¹² a) COUTINHO, Octávio de Azeredo. Relatório do general Azeredo Coutinho, comandante do 1º Grupo de Destacamentos. p. 8. b) DIÁRIO de marchas e operações das Forças em Operações durante a Campanha nos estados do Paraná e Santa Catharina. p. 132-133.

10. CONSIDERAÇÕES DOUTRINÁRIAS

No 4º item da 1ª parte verificou-se como se configurava o Exército Brasileiro no início dos anos 1920. Para tanto, abordou-se aspectos relativos à organização, recrutamento e instrução, serviços de apoio, motivações para lutar e processos de combate. Chegou-se à conclusão de que as lideranças militares brasileiras conheciam os problemas de sua principal força terrestre e buscavam solucioná-los. Porém, tal modernização esbarrava em questões econômicas, sociais, políticas e culturais.

Nesta fase, serão abordados os mesmos aspectos doutrinários, agora para examinar o que na prática se efetivou em relação a tais objetos nos sertões paranaenses e adjacências.

10.1. ORGANIZAÇÃO

Conforme visto, no ano de 1924, a força de combate do Exército Brasileiro compunha-se de cinco divisões de infantaria e três de cavalaria, estruturadas, exceto a 5ª, de forma semelhante às que tomaram parte na I Guerra Mundial. Para dar combate aos revolucionários no Paraná, lógico seria empregar uma ou mais delas, mas não foi isso que aconteceu.

De fato, Rondon comandou um conjunto multifacetado de unidades do Exército, de forças públicas e de contingentes “patrióticos”, oriundas de vários lugares do país.

A seleção de tais tropas deve ter passado por questões relacionadas à operacionalidade (capacidade de cumprir determinada missão de combate), localização geográfica (proximidade ou não da área de conflito) e motivações políticas (interesse ou não de líderes políticos lançarem mão de forças bélicas sob seu controle). Acima de tudo, porém, deve ter pesado a confiabilidade que nelas poderia se depositar enquanto defensoras da legalidade.

Rondon enquadrou as unidades que lhe eram paulatinamente colocadas à disposição em dois grandes destacamentos, comandados por coronéis. Acabaram transformados, a partir de fevereiro de 1925, em dois grupos de destacamentos, liderados por generais de brigada. Pode-se dizer, portanto, que a força legalista em seu auge correspondia a uma divisão de exército.

Os regimentos, batalhões e grupos de artilharia estavam subdivididos de acordo com as normas regulamentares; porém, constatou-se que seus efetivos eram bastante diversificados, o que se dava por razões diversas (problemas relacionados a recrutamento, baixas em combate, deserções, etc.). O 13º RI, por exemplo, no transcorrer da campanha teve de ser reorganizado e, em vez de contar com três batalhões de infantaria, atuou somente com um; além de chegar a ser comandado por um capitão, embora tal função fosse destinada a um coronel. O BP Garcez, ao ser incorporado contava com 318 integrantes, em vez dos 386 previstos para um batalhão de infantaria; já o 1º BFM/PR estava reduzido a 90 homens quando foi substituído pelo 2º BFM/PR. Particularmente chamou atenção a falta de oficiais subalternos, já que durante a campanha cerca de 300 sargentos foram comissionados ao posto de 2º tenente.⁵³²

⁵³² a) Boletim nº 88, de 29 de dezembro de 1924, das Forças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Guarapuava. p. 4-5. b) DIÁRIO de marchas e operações das Forças em Operações durante a Campanha nos estados do Paraná e Santa Catharina. passim.

11. RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Conforme já visto, o conflito de 1924/1925 caracterizou-se pela insuficiência de suprimentos, grande incidência de doenças, dificuldade de trânsito por áreas inóspitas, falta de perspectivas em relação ao desfecho do conflito, entre outras adversidades que assolaram indistintamente revolucionários e legalistas, além de civis.

Esse cenário poderia levar ao fortalecimento ou à deterioração das relações pessoais, gerando, sob determinadas circunstâncias, sentimentos contraditórios. Disso, agora, tratar-se-á.

11.1. RELAÇÕES ENTRE OS MILITARES

Observou-se que entre os oficiais legalistas de postos mais elevados houve discussões ásperas em relação à condução das ações bélicas, o que pode ser verificado nas conferências realizadas por Rondon com o ministro da Guerra, com Azeredo Coutinho e com os comandantes de destacamentos. Não obstante, seguiram os preceitos da hierarquia e disciplina.

No que se refere a oficialidade e praças em geral, tal padrão se manteve, salvo casos graves que resultavam em insubordinações e deserções, os quais exigiram providências enérgicas do comando, do que já se versou. Não obstante, um “espírito de corpo” comum nas FO esteve longe de ser alcançado, dada as particularidades das muitas unidades que as compuseram, embora certamente tenha existido em frações menores, cujos integrantes conviveram por longo período, compartilhando de bons e maus momentos.⁵⁸⁰

Quanto aos revolucionários, não foi diferente. Já foram abordadas as desavenças entre Isidoro Dias Lopes e João Francisco. Mas se constatou também desentendimentos entre Cabanas e Juarez Távora, entre Prestes e João Pedro Gay, entre Cabanas e Prestes, e assim por diante. Em relação ao “espírito de corpo”, pode-se dizer que a maioria deles partilhava de ideais e origens comuns, particularmente os que iniciaram as ações na Capital paulista, o que seria um estímulo à coesão e à camaradagem (o que evidentemente não se pode dizer dos paraguaios a eles incorporados no Paraná). Isso, no entanto, não evitou rotineiras deserções, por vezes em massa, conforme já salientado.

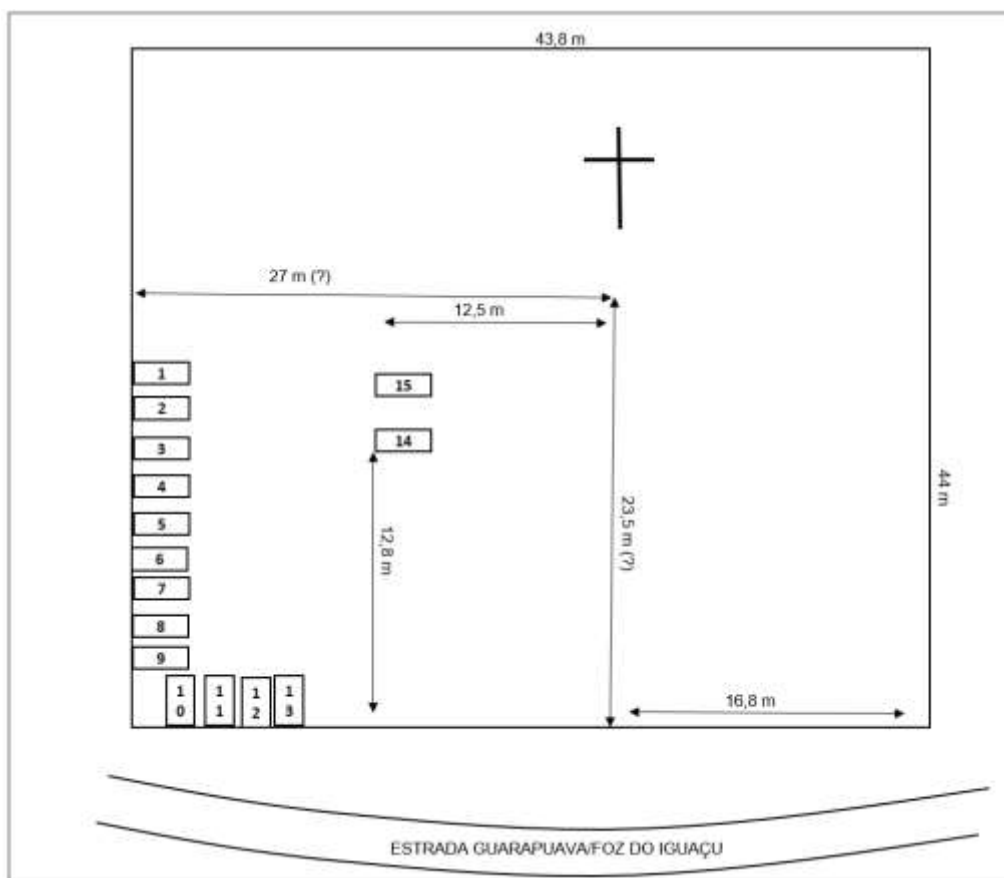
Uma diferença observada no comportamento de legalistas e revolucionários foi em relação ao trato a crimes e transgressões. Por parte dos legalistas, caso principalmente do Exército, as punições seguiam normas regulamentares ou penais; já alguns revolucionários, por vezes, agiam de forma sumária. Cabanas, por exemplo, relata que em certa ocasião, para manter a disciplina, se viu obrigado a “*mandar passar pelas armas um soldado pelo grave delito de agressão a um seu superior*”.⁵⁸¹ Prestes comentou que esteve decidido a fuzilar João Pedro Gay, por este estar incitando combatentes a desertar levando armamentos, só não o fazendo porque João Alberto, “*com um grande coração que tinha*”, deu-lhe fuga.⁵⁸² Comentando sobre a Coluna

⁵⁸⁰ Entende-se “espírito de corpo” como o orgulho comum de se fazer parte de determinada instituição e compartilhar de uma vontade coletiva voltada para bem cumprir as missões, em um ambiente de coesão e sã camaradagem.

⁵⁸¹ CABANAS, 2014, p. 22.

⁵⁸² Relato de Prestes In: PRESTES, 1991, p. 153.

CEMITÉRIO PÚBLICO DE ARROIO BORMANN



- 1 - Soldado **Jayme Vianna**, da Força Militar do Paraná, em 14 de novembro de 1924, motivo desconhecido;
- 2 - 3º Sargento **Antonio Baptista Netto**, do 13º Batalhão de Caçadores, em 24 de novembro de 1924, em combate na região de Belarmino-Rocinha;
- 3 - Soldado **João Jega**, do 13º Batalhão de Caçadores, em 8 de dezembro de 1924, em consequência de ferimento em combate na região de Belarmino-Rocinha;
- 4 - Soldado **João Rodrigues da Costa**, do 13º Regimento de Infantaria, em 7 de dezembro de 1924, em consequência de ferimento em combate na região de Belarmino-Rocinha;
- 5 - 1º Tenente **Alipio Dias**, da Cia de Metralhadoras Pesadas do 10º Regimento de Infantaria, em 24 de novembro de 1924, em consequência de ferimento em combate na região de Belarmino-Rocinha;
- 6 - 2º Tenente **João André de Mello**, do 13º Regimento de Infantaria, em 24 de novembro de 1924, em consequência de ferimento em combate na região de Belarmino-Rocinha;
- 7 - Cabo **Felix Alves da Conceição**, da Força Militar do Paraná, em 24 de novembro de 1924, em consequência de ferimento em combate na região de Belarmino-Rocinha;
- 8 - Soldado **Wyll Piralski**, do 7º Regimento de Infantaria, em 23 de março de 1925, por doença;
- 9 - Músico **Dionysio Custodio da Silva**, do 13º Batalhão de Caçadores, em 24 de novembro de 1924, em consequência de ferimento em combate na região de Belarmino-Rocinha;
- 10 - Cabo **Aldomiro Xavier**, do 7º Regimento de Infantaria, em 25 de dezembro de 1924, em consequência de ferimento em combate na região de Belarmino-Rocinha;
- 11 - 2º Tenente **Olympio Ribeiro**, do 13º Batalhão de Caçadores, em 24 de novembro de 1924, em consequência de ferimento em combate na região de Belarmino-Rocinha;
- 12 - 1º Tenente **Paulo Joaquim Theotônio Cavalcante**, da Força Pública de São Paulo, em 24 de janeiro de 1925, por doença;
- 13 - Soldado **Virgílio Manoel da Rosa**, do 13º Batalhão de Caçadores, em 24 de novembro de 1924, em consequência de ferimento em combate na região de Belarmino-Rocinha;
- 14 - Revolucionário **Benedicto Moura**, sem outros dados;
- 15 - 2º Sargento **Estefano Biancheski**, do 13º Batalhão de Caçadores, em 24 de novembro de 1924, em consequência de ferimento em combate na região de Belarmino-Rocinha.

APÊNDICE 1: UNIDADES DO EXÉRCITO E COMPANHIAS DE METRALHADORAS PESADAS QUE ATUARAM NA CAMPANHA (ALGUMAS UNIDADES SOMENTE COM PARTE DO SEU CONTINGENTE)

UNIDADE	SEDE	DENOMINAÇÃO ATUAL	SEDE ATUAL
7º Regimento de Infantaria	Santa Maria	7º Batalhão de Infantaria Blindado	Santa Cruz do Sul
11º Regimento de Infantaria	São João del-Rei	11º Batalhão de Infantaria de Montanha	São João del-Rei
13º Regimento de Infantaria	Ponta Grossa	13º Batalhão de Infantaria Blindado	Ponta Grossa
2º Batalhão de Caçadores	Niterói	Extinta ou não identificada	-
3º Batalhão de Caçadores	Vila Velha	38º Batalhão de Infantaria	Vila Velha
6º Batalhão de Caçadores	Ipameri	41º Batalhão de Infantaria Motorizado	Jataí
9º Batalhão de Caçadores	Pelotas	Extinta ou não identificada	-
10º Batalhão de Caçadores	Ouro Preto	Extinta ou não identificada	-
13º Batalhão de Caçadores	Joinville	62º Batalhão de Infantaria	Joinville
19º Batalhão de Caçadores	Salvador	19º Batalhão de Caçadores	Salvador
29º Batalhão de Caçadores	Natal	Extinta ou não identificada	-
6º Regimento de Cavalaria Independente	Alegrete	6º Regimento de Cavalaria Blindado	Alegrete
7º Regimento de Cavalaria Independente	Livramento	7º Regimento de Cavalaria Mecanizado	Sant'Ana do Livramento
4º Regimento de Cavalaria Divisionária	Três Corações	Extinta ou não identificada	-
5º Regimento de Cavalaria Divisionária	Castro	Extinta ou não identificada	-
5º Regimento de Artilharia Montada	São Gabriel	3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado	Santa Maria
9º Regimento de Artilharia Montada	Curitiba	5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado	Curitiba
3º Grupo Independente de Artilharia Pesada	Margem de Taquari (General Câmara)	13º Grupo de Artilharia de Campanha	Cachoeira do Sul
2º Grupo de Artilharia a Cavalo	Uruguaiana	5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado	Uruguaiana
1º Grupo Independente de Artilharia de Montanha	Capital Federal	Extinta ou não identificada	-
1º Batalhão de Engenharia	Capital Federal	1º Batalhão de Engenharia de Combate (Escola)	Rio de Janeiro
4º Batalhão de Engenharia	Itajubá	4º Batalhão de Engenharia de Combate	Itajubá
8ª Companhia de Metralhadoras Pesadas do 8º Regimento de Infantaria ⁽¹⁾	Porto Alegre/ Cruz Alta	Extinta ou não identificada	-
9ª Companhia de Metralhadoras Pesadas do 9º Regimento de Infantaria ⁽²⁾	Blumenau	Extinta ou não identificada	-
10ª Companhia de Metralhadoras Pesadas do 10º Regimento de Infantaria ⁽³⁾	Juiz de Fora	10º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha	Juiz de Fora

Obs. 1) Pelo Decreto nº 14.794, de 2 de maio de 1921, previa-se que fosse incorporada ao 8º Regimento de Infantaria, de Cruz Alta. Porém, isso deveria ser feito mediante ordem. Enquanto isso, continuaria autônoma e em Porto Alegre. Não foram encontrados registros se já estava em Cruz Alta quando de sua incorporação às tropas do general Rondon. (2) Pelo Decreto nº 14.794, de 2 de maio de 1921, previa-se que fosse incorporada ao 9º Regimento de Infantaria, de Rio Grande. Porém, isso deveria ser feito mediante ordem. Em 1924, continuava autônoma, em Blumenau. (3) Pelo Decreto nº 14.794, de 2 de maio de 1921, foi incorporada ao 10º Regimento de Infantaria, de Juiz de Fora.